

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
CURSO DE DIREITO

**A LEI 12.403/2011: MEDIDAS ALTERNATIVAS ÀS PRISÕES
CAUTELARES E A APLICAÇÃO NA 1ª VARA CRIMINAL DA
COMARCA DE LAJEADO/RS**

Amanda Vettorello

Lajeado, junho de 2015

Amanda Vettorello

**A LEI 12.403/2011: MEDIDAS ALTERNATIVAS ÀS PRISÕES
CAUTELARES E A APLICAÇÃO NA 1ª VARA CRIMINAL DA
COMARCA DE LAJEADO/RS**

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Curso II – Monografia do Curso de Direito, do Centro Universitário UNIVATES, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Professora: Ma. Marta Luisa Piccinini

Orientadora: Prof. Ma. Bianca Corbellini Bertani

Lajeado, junho de 2015

“Teu dever é lutar pelo Direito, mas se um dia encontrares o Direito em conflito com a Justiça, luta pela Justiça.”

Eduardo Juan Couture

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, bem como todas as minhas demais conquistas, aos meus amados pais Vanice e Milton, que incansavelmente batalharam no decorrer de suas vidas para que eu e minhas irmãs pudéssemos desfrutar de uma vida mais confortável do que as suas, me ensinando o valor do amor, a importância do caráter e a lutar por aquilo que almejo.

Ainda, dedico ao meu tio Volmir José Rupp (*in memoriam*), pois sei que de onde ele está continuou a me guiar. Tio Chico: Eu consegui!

AGRADECIMENTOS

Primordial agradecer a Deus, eis que este guia meus passos desde o nascimento. Nos momentos de dor, afaga meu coração e enxuga minhas lágrimas e, nos momentos de alegria, permanece ao meu lado.

Aos meus pais, Milton e Vanice, que desde sempre me ensinaram os valores da humildade, honestidade, caráter, trabalho, dedicação, amor e carinho. Ensinaram-me que as pessoas não irão lembrar-se do que eu tive, mas sim de quem eu fui, sem esquecer do amor ao próximo e a compaixão para com os meus semelhantes. Durante todas as dificuldades da minha vida, nunca estive só, meus pais foram meu exemplo de superação e caminho a seguir.

Às minhas irmãs Gabriela e Eduarda, que ao meu lado estiveram quando mais precisei e me mostraram que família é para a vida toda, não importa o que aconteça.

Aos meus compadres, Émili e Bruno, Carine e Peterson, que ouviram por dezenas de vezes minhas lamentações e alegrias durante o decorrer da graduação. Com o passar dos anos, tornaram-se aquela família que podemos escolher. A vocês que foram essenciais, o meu profundo agradecimento.

A professora Bianca, que pacientemente atendeu a todos os meus pedidos, elucidou minhas dúvidas, visto que dificuldades enfrentei no decorrer desse semestre, por muitas vezes pensando em desistir. Ela acreditou em mim e incentivou minha continuidade, muito obrigada!

A todos os amigos, colegas de aula, colegas de trabalho, todos que por mim passaram e deixaram sua marca, agradeço, pois hoje sou o fruto dos acontecimentos em minha vida.

Aos colaboradores que atuam no Fórum de Lajeado, especialmente à 1ª Vara Criminal e ao excelentíssimo Dr. Rodrigo de Azevedo Bortoli, todos foram essenciais na construção deste trabalho. Obrigada por toda ajuda e acolhimento.

Por fim e não menos importante, agradeço àquele que ficou ao meu lado em todos os momentos. Na saúde e na doença, na alegria e na tristeza, ao longo desses 10 anos de convívio. Desde o início da graduação até a realização desse sonho, fui amparada com muito amor e zelo, pelo meu esposo Bruno, a quem, por não ser de minha família, não teria a obrigação de me “aguentar”, nas horas de choro, nos períodos de dificuldade e nas noites não dormidas. Mas sim, ele esteve ao meu lado, incentivando, motivando, assim juntos seguimos em frente. Amor, obrigada por tudo!

“Como grãos de areia que compõe imensas dunas, como pequenas gotas que formam as chuvas gestos de compreensão, ternura e respeito são partes de um amor maior” (Autor desconhecido).

RESUMO

A presente monografia visa analisar a aplicação da Lei 12.403/2011 na Comarca de Lajeado/RS, que estabeleceu alterações no Código de Processo Penal no tocante aos artigos relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória e demais medidas cautelares. Por através dessas alterações, buscaram-se meios de promover o desencarceramento dos acusados por delitos, primando por um sistema baseado na proporcionalidade e razoabilidade na avaliação da aplicabilidade das penas de prisão. Assim, a presente monografia analisa as medidas alternativas à prisão cautelar e sua aplicação na 1ª Vara Criminal da Comarca de Lajeado/RS. Para tanto, utilizou-se pesquisa quali-quantitativa, realizada por meio de método dedutivo e de procedimento técnico bibliográfico, documental e de levantamento de dados. Em um primeiro momento, analisam-se os princípios do processo penal, passando pelos princípios aplicados às prisões cautelares; após a análise das medidas cautelares em espécie e, por fim, apresentam-se os resultados obtidos através do levantamento de dados. Concluiu-se que as medidas alternativas a prisão vem sendo aplicadas em número significativo de decisões, porém ainda sendo aplicadas com cautela, eis que a Comarca de Lajeado tem apresentando alto índice de violência e criminalidade ao longo dos últimos anos.

Palavras-chave: Lei 12.403/2011. Medidas Cautelares. Medidas Cautelares Alternativas. Estudo de Caso.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Medidas cautelares alternativas em espécie, aplicadas na 1ª Vara Criminal da Comarca de Lajeado/RS.....	74
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Total de processos ativos disponibilizados na 1ª Vara Criminal de Lajeado.....	64
Gráfico 2 - Crimes que resultaram em prisão cautelar ou aplicação de medidas cautelares alternativas nos anos de 2013 e 2014.....	65
Gráfico 3 - Sexo dos réus.....	66
Gráfico 4 - Idade dos réus.....	67
Gráfico 5 - Escolaridade dos réus.....	68
Gráfico 6 - Profissão dos réus.....	68
Gráfico 7 - Estado Civil dos réus.....	69
Gráfico 8 - Etnia dos réus.....	70
Gráfico 9 - Número de prisões cautelares decretadas.....	71
Gráfico 10 - Gráfico 10 – Medidas cautelares aplicadas durante o andamento processual.....	72
Gráfico 11 - Fundamentos da prisão preventiva.....	73

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DIREITO PENAL, PROCESSUAL PENAL E PRINCÍPIOS.....	14
2.1 O Crime e o surgimento das Penas.....	14
2.2 O Direito Penal e o surgimento do Código Penal Brasileiro.....	16
2.3 O Direito Processual Penal e o Código de Processo Penal Brasileiro....	17
2.4 Conceito de Princípio.....	18
2.5 Princípios do Direito Processual Penal.....	19
2.5.1 Princípio da Verdade Processual.....	19
2.5.2 Princípio da Publicidade dos Atos Processuais.....	20
2.5.3 Princípio do Contraditório.....	22
2.5.4 Princípio do Favor Rei.....	22
2.5.5 Princípio do Promotor Natural.....	23
2.5.6 Princípio da Presunção de Inocência.....	24
2.5.7 Princípio do Devido Processo Legal.....	25
2.5.8 Princípio da Imparcialidade do Juiz.....	25
2.5.9 Princípio da Humanidade.....	26
2.5.10 Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.....	26
2.5.11 Princípio da Igualdade.....	27
2.6 Hermenêutica na Tutela Penal.....	28
3 A LEI 12.403/2011, PRISÕES CAUTELARES E MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS.....	31
3.1 Princípios Aplicáveis às Medidas Cautelares.....	32
3.1.1 Princípio da Obrigatoriedade da Motivação das Decisões Judiciais....	32
3.1.2 Princípio da Provisionalidade.....	33
3.1.3 Princípio da Provisoriedade.....	33
3.1.4 Princípio da Excepcionalidade.....	34
3.1.5 Princípio da Duração Razoável da Prisão Cautelar.....	35
3.1.6 Princípio da Legalidade da Prisão.....	36
3.1.7 Princípio da Adequação e da Proporcionalidade.....	37
3.1.8 Princípio da Precariedade.....	37

3.1.9 Princípio da Necessidade.....	38
3.1.10 Princípio da Subsidiariedade.....	38
3.2 Considerações Gerais sobre a Prisão Cautelar.....	39
3.2.1 A prisão em Flagrante.....	42
3.2.2 A prisão Temporária.....	44
3.2.3 A prisão Preventiva.....	46
3.3 A Prisão Domiciliar.....	50
3.4 Medidas cautelares alternativas: características, princípios e requisitos de aplicação.....	51
3.5 Medidas cautelares alternativas em espécie.....	52
3.6 Considerações sobre as alterações trazidas pela lei 12.403/2011 e a liberdade provisória.....	59
 4 AS MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS À PRISÃO E A APLICAÇÃO NA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LAJEADO/RS.....	 60
4.1 Pesquisa, análise e resultados.....	61
4.2 Análise dos resultados do estudo de caso realizado na 1ª Vara Criminal da Comarca de Lajeado/RS.....	63
 5 CONCLUSÃO.....	 83
 REFERÊNCIAS.....	 87
 APÊNDICE.....	 90
APÊNDICE A - Formulário de levantamento de dados: as medidas cautelares alternativas à prisão na 1ª Vara Criminal da Comarca de Lajeado/RS.....	91
 ANEXO.....	 92
ANEXO A - Processos analisados na 1ª Vara Criminal da Comarca de Lajeado/RS.....	93

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho acadêmico discorrerá sobre a Lei 12.403/2011, as alterações trazidas ao Código de Processo Penal Brasileiro (CPP) e a análise da aplicação das medidas alternativas à prisão na 1ª Vara Criminal da Comarca de Lajeado/RS.

Importante destacar que a Lei 12.403/2011 entrou em vigor em 7 de julho de 2011, alterando dispositivos do CPP no que toca à prisão processual, fiança, liberdade provisória e demais medidas cautelares. Ainda, em 2008, formou-se uma constituição de juristas com o objetivo de elaboração de um novo CPP, porém o argumento da dificuldade de discutir todo o processo penal frustrou o anseio de todos. A nova lei surgiu após discreta e lenta tramitação, caracterizando uma reforma parcial do Código de Processo Penal.

No ano 2011, o sistema carcerário do Brasil já estava em colapso, sendo que o número de encarcerados ultrapassava a marca de 500 mil presos, dos quais quase 200 mil eram presos cautelares.

Atualmente, dados do Ministério da Justiça mostram que o ritmo é crescente da população carcerária do Brasil. Entre janeiro de 1992 e junho de 2013, enquanto a população cresceu 36%, o número de pessoas presas aumentou 403,5%. Ainda, de acordo com o Centro Internacional de Estudos Penitenciários, ligado à Universidade de Essex, no Reino Unido, a média mundial de encarceramento é de 144 presos para cada 100 mil habitantes. No Brasil, o número de presos representa 300 para cada 100 mil habitantes.

Conforme dados da Revista Exame.com, são aproximadamente 574 mil pessoas presas no Brasil. É a quarta maior população carcerária do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos (2,2 milhões), da China (1,6 milhão) e Rússia (740 mil) (BRANDÃO, 2015).

Geralmente se possui a ideia de que a segurança depende do encarceramento. Dentro dos presídios, já está mais do que comprovado que as condições são precárias, falta espaço, higiene, o que acarreta uma série de doenças, somado ao baixo número de profissionais para tratamento, reinando, sobretudo, a violência que desafia o setor. Outro problema que vem se tornando corriqueiro dentro dos presídios é representado pela associação do preso a uma facção do crime organizado. Além disto, os presos sofrem violência sexual, não recebem alimentação adequada e, por vezes, morrem dentro do sistema prisional. Assim, passam a buscar a segurança dentro de facções, assombrando o meio social em que vivem.

Dentro dessa realidade, firma-se a importância da Lei 12.403/2011, quando esta vem a possibilitar à imposição de medidas alternativas à prisão, diminuindo, assim, o número de decretação de prisões cautelares.

Diante disso, a presente monografia pretende como objetivo geral, analisar sem esgotar a matéria, as espécies de prisão cautelar previstas no ordenamento jurídico brasileiro e as alterações trazidas pela Lei 12.403/2011 ao Código de Processo Penal Brasileiro. Ainda, através de estudo de caso, discute-se como problema: “as medidas alternativas implementadas pela Lei 12.403/2011 são aplicadas na Comarca de Lajeado/RS? Em caso afirmativo, como acontece essa aplicação? Em caso negativo, quais são os fundamentos de sua inaplicabilidade?” Como hipótese, entende-se que as medidas alternativas implementadas pela Lei 12.403/2011 vêm sendo aplicadas, porém com cautela, eis que o julgador analisa o crime como um todo, no que toca à vida pregressa do acusado, reincidência, impacto que o crime causa na sociedade, periculosidade do agente e ainda os requisitos para sua aplicação. Cumpre salientar que foram objetos desse trabalho, os anos de 2013 e 2014. Esse período representou um divisor de águas na Comarca em estudo, visto que a violência aumentou significativamente, o que se comprova a partir do número de homicídios ocorridos na região. Com facilidade, é encontrada a

menção ao alto índice de homicídios, tanto nas decisões da Comarca de Lajeado/RS ao decorrer do ano de 2014, bem como na mídia, conforme ilustrado pela reportagem, do site da Rádio Gaúcha, mencionando que a cidade de Lajeado/RS, registrou 11 mortes no primeiro semestre de 2013, enquanto que em 2014 foram 29 homicídios no mesmo período, representando um crescimento de 163% em relação ao ano anterior (CARDOZO, 2014). Segundo a Polícia Civil, os crimes foram relacionados com a disputa por pontos de tráfico de drogas.

Dessa forma, analisar a aplicação das medidas alternativas torna-se imprescindível, visto que, atualmente, as prisões estão superlotadas e o número de crimes continua a crescer.

O tipo de pesquisa quanto ao modo de abordagem será quali-quantitativa. A pesquisa qualitativa é aquela que, segundo Gonçalves e Meirelles (apud Chemin, 2015, p. 56), “trata da investigação de valores, atitudes, percepções e motivações do público pesquisado, com o objetivo principal de compreendê-los em profundidade; não tem preocupação estatística”. Já a pesquisa quantitativa, de acordo com Leopardi, Mezzaroba e Monteiro (apud Chemin, 2015, p. 57), é a que “representa aquilo que pode ser medido, mensurado, contado; exige descrição rigorosa das informações obtidas”. Está última é adequada quando se deseja conhecer a dimensão do objeto de estudo, sendo utilizada principalmente em trabalhos experimentais e pesquisas de campo.

Como método principal a ser utilizado para o desenvolvimento do trabalho monográfico será o dedutivo, o qual, de acordo com Mezzaroba e Monteiro (2009), parte de fundamentação genérica para chegar à dedução particular, o que faz com que as conclusões do estudo específico geralmente valham para aquele caso em particular, sem generalizações de seus resultados. Assim sendo, por meio desse método, a análise partirá do geral (doutrina e legislação), com o estudo abrangente das medidas alternativas à prisão cautelar, para o particular (levantamento de dados), servindo para verificar a aplicação da Lei 12.403/2011 na 1ª Vara Criminal da Comarca de Lajeado/RS nos anos de 2013 e 2014.

2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DIREITO PENAL, PROCESSUAL PENAL E PRINCÍPIOS

Este capítulo discorrerá sobre o conceito de crime, a origem do direito penal e processual penal. Além disso, serão apresentados os princípios inerentes ao processo penal, e discorrer-se-á, sem esgotar a matéria, a hermenêutica da tutela penal.

2.1 O Crime e o surgimento das Penas

A palavra crime, deriva do latim *crimen*, e tem como significado violar a lei penal; delito (FERREIRA, 2010).

No aspecto formal, crime seria toda a conduta que colidisse contra a lei penal editada pelo Estado. No aspecto material é possível conceituar crime como sendo a conduta que viola os bens jurídicos mais importantes. Visto que os conceitos forma e material não traduzem bem o conceito de crime, surge outro conceito chamado analítico, que realmente analisa as características que compõem a infração penal, assim preleciona Toledo (apud Greco, 2013, p. 143):

Substancialmente, o crime é um fato humano que lesa ou expõe a perigo bens jurídicos (jurídico-penais) protegidos. Essa definição é, porém, insuficiente para a dogmática penal, que necessita de outra mais analítica, apta a pôr à mostra os aspectos essenciais ou os elementos estruturais do conceito de crime. E dentre as várias analíticas que têm sido propostas por importantes penalistas, parece-nos mais aceitável a que considera as três notas fundamentais do fato-crime, a saber: ação típica (tipicidade), ilícita ou antijurídica (ilicitude) e culpável (culpabilidade). O crime, nessa concepção que adotamos, é, pois, ação típica, ilícita e culpável.

Para melhor elucidar, Greco (2013) elenca os elementos do fato típico, ilícito e culpável. O fato típico é composto de conduta dolosa, culposa, comissiva ou omissiva, resultado, nexos de causalidade entre conduta e resultado e tipicidade formal. A ilicitude configura-se como sinônimo da antijuricidade ou antagonismo entre a conduta do agente e o ordenamento jurídico. A culpabilidade configura-se como juízo de reprovação pessoal feita sobre a conduta do agente.

Ainda preceitua Zaffaroni (apud Greco, 2013, p. 145):

delito é uma conduta humana individualizada mediante um dispositivo legal (tipo) que revela sua proibição (típica), que por não estar permitida por nenhum preceito jurídico (causa de justificação) é contrária ao ordenamento jurídico (antijurídica) e que, por ser exigível do autor que se atuasse de outra maneira nessa circunstância, lhe é reprovável (culpável).

A origem das penas e o direito de punir, conforme Beccaria (2002), surgiu a partir da necessidade de regular o surgimento das primeiras sociedades, visto que os primeiros homens, até então em estado selvagem, eram forçados a agrupar-se. Cansados de viver em meio a temores e de encontrar inimigos, estes sacrificaram uma parte de sua liberdade para usufruir do restante com mais segurança. A soberania da nação foi constituída pela soma destas parcelas de liberdade e aquele que foi encarregado pelas leis fora proclamado o soberano do povo.

Não sendo suficiente a formação deste encarregado, era necessário protegê-lo das usurpações, visto que o homem possui fortes tendências ao despotismo, procurando incessantemente retirar da massa comum a sua parte de liberdade e ainda assim, a parte dos demais.

Essa proteção surgiu a partir de penas estabelecidas para aqueles que infringiam as leis:

Percebe-se, em todas as partes do mundo físico e moral, um princípio universal de dissolução, cuja ação somente pode ser impedida em seus efeitos sobre a sociedade por meios que causem imediata impressão aos sentidos e que se fixem nos espíritos, para contrabalançar por impressões fortes a força das paixões particulares, em geral opostas ao bem comum (BECCARIA, 2002, p. 19).

A pena também pode ser entendida como coerção penal, sendo esta a ação de conter e reprimir os indivíduos que cometeram delitos. A punibilidade torna-se assim resultado do delito ou crime praticado pelo agente (ZAFFARONI, PIERANGELI, 2002).

2.2 O Direito Penal e o surgimento do Código Penal Brasileiro

O surgimento do direito penal confunde-se, em parte, com o surgimento do homem. Em tempos primitivos, quando não havia um sistema organizado de princípios penais e o ambiente era dominado por religiões e magia, todas as desgraças e catástrofes naturais eram entendidas como originadas de forças divinas insatisfeitas, que eram encaradas como uma forma de punição aplicada ao povo pelos deuses.

Dessa forma, pode-se ilustrar a origem do crime e o surgimento das penas:

Para aplacar a ira dos deuses, foram criadas diversas proibições religiosas, sociais e políticas, conhecidas por *tabu*. A desobediência ao *tabu* acarretava castigos, que eram aplicados pela coletividade com o objetivo de desagravar e conseguir o perdão daquele deus ofendido. Repousa aí a origem do crime e da pena (PEREIRA, 2012, p. 23).

Em tempos primitivos, não havia a preocupação com a proporcionalidade da sanção aplicada ao mal cometido pelo autor. O direito penal passou por diversas fases, tendo início na fase da vingança penal até o direito penal hoje aplicado, então reformado em 1984.

Na fase da vingança penal, era possibilitado que o próprio ofendido, a família, o grupo ou a tribo reagissem. Essa reação não era limitada, podendo o agressor ser prejudicado bem como todo um grupo ou tribo serem atingidos pela reação daqueles que se sentiam ofendidos. Com o surgimento da Lei de Talião, foi limitada a reação ao tamanho da ofensa, hoje conhecido popularmente como “olho por olho, dente por dente”. Ainda, após esse sistema surgiu a composição, forma de livrar o acusado do castigo por meio de pagamento e consequentemente compra de sua liberdade. Com a organização social da população, surgiu a fase de vingança pública, em que as penas eram aplicadas pelo soberano, portanto, o Estado. Nesse período, as penas ainda possuíam caráter religioso e o soberano governava em nome de uma entidade. O caráter religioso perdeu força com o passar dos anos e a responsabilidade pelo crime passou a ser apenas do indivíduo que havia praticado o fato, e não mais de todo o grupo social ao qual este pertencia (PEREIRA, 2012).

O direito penal no Brasil era, primeiramente, aquele praticado pelos índios e baseado em crenças e costumes. Estes não influenciaram o direito trazido pelos colonizadores:

No período colonial, estiveram em vigor no Brasil as Ordenações Afonsinas (até 1512) e em seguida as Manuelinas (até 1569), substituídas estas últimas pelo Código de D. Sebastião (até 1603). Após passaram a vigorar as Ordenações Filipinas que refletiam o temido direito penal dos tempos medievais. Havia confusão entre crime, pecado e ofensa moral (PEREIRA, 2012, p. 27).

Até a Proclamação da Independência, em 1830, as penas aplicadas eram em sua maioria corporais, como, por exemplo, uso de açoites, mutilações, queimaduras, morte, tortura e punições severas aplicadas em parte da população que era discriminada, entre esses os hereges, benzedores, feiticeiros, etc. A partir da Proclamação da Independência, deu-se início no Brasil a um novo modelo de direito penal, sendo já esboçado um projeto de individualização da pena. Em 1890, proclamada a República, surgiu então o novo estatuto, denominado Código Penal, o qual, na época, fora criticado visto que sua elaboração deu-se de forma muito rápida e continham muitas falhas. Entretanto, grandes avanços foram trazidos, entre eles, a abolição da pena de morte e a instalação do sistema prisional de caráter correccional (PEREIRA, 2012).

Finalmente, em 1942, entrou em vigor o atual Código Penal, que passou por diversas alterações até os dias atuais, inclusive destacando a inspiração liberal e humanista. Criou novas medidas penais para crimes de menor potencial ofensivo procurando, assim, evitar a prisão, respeitar a dignidade da pessoa que praticou o delito e entender a culpabilidade indispensável à responsabilidade penal.

2.3 O Direito Processual Penal e o Código de Processo Penal Brasileiro

O direito processual penal é o ramo do direito em que é realizada a investigação com o processo-crime a fim de resultar ou não em uma condenação ao agente. O atual Código de Processo Penal Brasileiro foi promulgado em 3 de outubro de 1941. Conforme ilustra Mossin (2009), o processo é composto por várias fases que se sucedem ordenadamente e cronologicamente. A fase investigatória, ou *informatio delicti*, incidente sobre o acusado da infração e o crime a ele imputado, precedem a formação do processo judicial.

Carnelutti (2002) acrescenta que o processo penal sugere a ideia de pena aplicada ao delito, sendo instaurado para castigar os crimes, eis que delitos perturbam a sociedade, e, assim, sendo aplicada a pena, esta age de modo que

outras pessoas abstenham-se de cometer outros delitos. A palavra processo vem a significar forma de proceder, caminho, cuja meta parece assinalada por um ato solene em que o juiz declara uma certeza: ou que o imputado é culpado ou que o imputado é inocente.

2.4 Conceito de Princípio

A palavra princípio tem vários significados, entre os quais momento ou local ou trecho em que algo tem origem; causa primária; elemento predominante na constituição de um corpo orgânico (FERREIRA, 1986).

Para Nucci (2014), no direito, os princípios indicam ordenação e imantam o sistema de normas auxiliando na interpretação, conhecimento e aplicação do direito positivo. Igualmente, no direito processual penal, o estudo dos princípios constitucionais confere a forma sobre a qual se deve construir o caminho para constituir a culpa do réu. Dessa forma, o processo penal rege-se a partir dos direitos e garantias fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal, por vezes deixando-se de aplicar a legislação infraconstitucional para aplicar a legislação constitucional.

Na Constituição Federal de 1988 (CF/1988) encontra-se a maioria dos princípios que regem o Direito Processual Penal brasileiro. Enquanto uns princípios dão origem a outros, muitos deles elucidam garantias humanas fundamentais, necessárias para a proteção da dignidade da pessoa humana, prevista no art. 1º, III da Carta Magna, e o princípio do devido processo legal, expresso no art. 5º, LIV da Constituição Federal.

Além de buscar atender aos princípios fundamentais e garantias processuais penais, a entrada em vigor da Lei 12.403/2011 procurou reformar dispositivos do Decreto-Lei 3.689/1941, Código de Processo Penal Brasileiro (CPP). A novidade das alterações ficou por conta das medidas cautelares que trouxeram alternativas à prisão preventiva.

No sistema processual penal brasileiro, existem dois tipos de princípios que regem o processo criminal: os princípios constitucionais e os princípios do processo

penal. Ainda, os princípios constitucionais dividem-se em princípios explícitos, aqueles expressos na Constituição Federal, e os implícitos, que são extraídos a partir de princípios, ideias e valores consagrados na Constituição Federal. Nesse sentido, entende-se que os princípios servem de base para interpretação, integração, conhecimento e aplicação do direito positivo. Indiferentemente da forma como estão expressos, o mais importante é que todos sejam observados e respeitados na aplicação das normas, uniformizando o sistema jurídico e regendo os rumos da sociedade brasileira.

Assim, neste capítulo, será descrito o conceito e a relevância dos princípios constitucionais e processuais penais garantidores do direito de liberdade, igualdade, dignidade da pessoa humana, entre tantos outros que existem atualmente no sistema jurídico. Cumpre destacar a nobre definição de princípio constitucional destacada por Nucci (2014, p. 13):

Os princípios constitucionais são os valores eleitos pelo constituinte, inseridos na Constituição Federal, de forma a configurar os alicerces e as linhas mestras das instituições, dando unidade ao sistema normativo e permitindo que a interpretação e a integração dos preceitos jurídicos se façam de modo coerente.

2.5 Princípios do Direito Processual Penal

Todos os princípios que regem o sistema processual penal brasileiro possuem grande importância na condução do processo penal, porém, entre estes, elencam-se a seguir os que merecem maior destaque:

2.5.1 Princípio da Verdade Processual

O princípio da verdade processual busca, através de todos os meios, comprovar com certeza quem realmente enfrentou a normativa penal e como o fez. O conceito de verdade dentro dos autos pode, muitas vezes, diferenciar-se da verdade no mundo dos homens, porém o juiz deve ter o maior número de dados necessários para julgar a pretensão acusatória, conforme ilustra Rangel (2014, p. 7):

A verdade processual deve ser vista sob um enfoque da ética, e não do consenso, pois não pode haver consenso quando há vida e liberdade em jogo, pelo menos enquanto se estiver comprometido com o outro como ser igual a nós, por sua diferença. A verdade obtida, consensualmente, somente

terá validade se o for através da ética da alteridade (do latim *alter*, outro, + - (i) dade: qualidade do que é outro).

O processo é o meio para assegurar os direitos e garantias assegurados na CF/1988 e nos tratados e convenções em que o Brasil for signatário. O princípio da verdade real no processo vem a ser, então, uma maneira de simular o fato ocorrido e permitir, assim, ao juiz aplicar a lei penal ao caso concreto na sentença.

Um dos limites impostos a este princípio é o respeito à dignidade da pessoa humana, previsto no art. 1º, III da CF/1988, sendo, assim, proibidas as provas ilícitas. Neste ponto, diante da defesa social *versus* direito de liberdade, impossível o julgador prosseguir em busca da verdade real sem ofender um dos direitos e garantias fundamentais (RANGEL, 2014).

O princípio da verdade real, ainda que tenha caráter absoluto, poderá obter caráter relativo no que toca a admissão de transação e a suspensão condicional do processo, dispositivos previstos na Lei 9.099/1995. O estado deve investigar a verdade dos fatos no processo penal, com exceção das infrações de menor potencial ofensivo, que permitem a transação e a suspensão e evitam condenação futura, sem entrar no mérito da culpabilidade do agente.

De forma sistemática, há dificuldade para encontrar este princípio, porém, ele é claramente vislumbrado no art. 156, II, do CPP, em que o juiz *ex officio* poderá requerer diligências em busca da verdade e diminuir as dúvidas em um ponto relevante. O código possui várias passagens admitindo providências por parte do juiz, tratando-se estas de resquícios do sistema inquisitivo.

No processo penal, à luz do princípio da verdade processual, até mesmo a confissão do acusado não possui efeitos absolutos, devendo ser feito o contraposto aos demais elementos do processo (RANGEL, 2014).

2.5.2 Princípio da Publicidade dos Atos Processuais

O princípio da publicidade dos atos processuais está previsto no art. 5º, LX, c/c art. 37, todos da CF/1988 e art. 792 do CPP. Há ressalva deste princípio quando relativo ao interesse público:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LX - a lei só poderá restringir a **publicidade dos atos processuais** quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem (BRASIL, 1988, texto digital, grifo da autora).

Também no art. 37, da CF/1988:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, **publicidade** e eficiência e, também, ao seguinte:[...] (BRASIL, 1988, texto digital, grifo da autora).

Ainda na CF/1988, no caput do art. 93, IX:

Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

IX todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário **serão públicos**, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação (BRASIL, 1988, texto digital, grifo da autora).

Por fim, a previsão no CPP, no art. 792:

Art. 792. As audiências, sessões e os atos processuais serão, em regra, públicos e se realizarão nas sedes dos juízos e tribunais, com assistência dos escrivães, do secretário, do oficial de justiça que servir de porteiro, em dia e hora certos, ou previamente designados (BRASIL, 1941, texto digital).

A sociedade possui interesse em presenciar a realização da justiça, e este princípio representa uma robusta garantia do direito de defesa. Qualquer um do povo pode ter acesso aos autos, interrogatórios, debates, e este acesso configura um controle externo da atividade jurisdicional. Surge, assim, uma forte crítica em torno da mídia quanto ao acesso às decisões judiciais. Em alguns casos, o acesso poderá ser restrito, como é o que ocorre no Tribunal do Júri, no momento da votação em sala secreta. Assim, a publicidade pode ser tanto absoluta (regra), quanto restrita (exceção) (RANGEL, 2014).

Rangel (2014) ainda esclarece que, quanto às questões que necessitam segredo de justiça, cabe salientar que a natureza desses atos ou medidas é inerente à sua eficácia. O princípio deve ser interpretado de acordo com essa natureza, bem

como se deve atentar que a própria CF/1988, no art. 5º, LX, o qual permite a restrição de acesso aos autos para defesa da intimidade ou interesse social:

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem (BRASIL, 1988, texto digital).

2.5.3 Princípio do Contraditório

O princípio do contraditório diz respeito ao direito de defesa, visto que um processo legal em busca da verdade processual dos fatos deve dar ao acusado o direito de defender-se das afirmações feitas pelo Ministério Público na denúncia. Através da citação, o réu é notificado acerca de processo em que consta no polo passivo. Esse ato garante ao réu o direito de ser ouvido quanto às acusações a ele imputadas, sendo um princípio tão consagrado que, vindo o acusado a não comparecer, o juiz lhe nomeia defensor para elaborar a defesa (RANGEL, 2014).

Ainda, Rangel (2014) ressalta que o contraditório não é usado somente como forma de debate entre as partes, mas configura uma forma de igualdade de oportunidade e tratamento, fundada na liberdade de todos perante a lei e paridade de participação das partes no processo.

Importante ressaltar que o princípio referido, por muitas vezes, é postergado em virtude da natureza da medida adota, citando como exemplo o caso da medida cautelar de interceptação telefônica, em que não é possível dar ciência ao defensor do acusado com antecipação, visando a eficácia da medida aplicada.

2.5.4 Princípio do Favor Rei

Conforme Vilela (apud Rangel, 2014), o princípio do *favor rei* caracteriza-se como a expressão máxima do Estado Constitucional Democrático. Configura-se, assim, como regra do direito penal que obriga o julgador a seguir o posicionamento mais favorável ao acusado, quando não houver provas suficientes para sua condenação, enlaçando-se com o princípio da presunção da inocência, eis que quem acusa é quem deve provar a culpabilidade daquele que é presumido inocente.

Este princípio ainda autoriza o julgador a absolver o acusado, ao verificar a prescrição do feito, vício processual que autoriza a absolvição, ou estando apto para decisão de mérito com absolvição.

Pode-se vislumbrar o princípio do *favor rei* no art. 386, VI, do CPP:

Art. 386. O juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça:

VI – existirem circunstâncias que excluam o crime ou isentem o réu de pena (arts. 20, 21, 22, 23, 26 e § 1º do art. 28, todos do Código Penal), ou mesmo se houver fundada dúvida sobre sua existência (BRASIL, 1941, texto digital).

Ainda, o princípio está descrito no art. 615 do CPP:

Art. 615. O tribunal decidirá por maioria de votos. § 1º Havendo empate de votos no julgamento de recursos, se o presidente do tribunal, câmara ou turma, não tiver tomado parte na votação, proferirá o voto de desempate; no caso contrário, prevalecerá a decisão mais favorável ao réu (BRASIL, 1941, texto digital).

Estando o juiz em dúvida, pode ele, condenar o réu sob pena de cometer uma injustiça, ou absolvê-lo correndo o risco de colocar um culpado novamente em meio ao convívio social. Conforme o ordenamento jurídico, a melhor solução é absolver o acusado, visando antes um culpado nas ruas do que um inocente na cadeia (RANGEL, 2014, p. 35).

2.5.5 Princípio do Promotor Natural

Forma de garantismo constitucional, o princípio do promotor natural garante a toda e qualquer pessoa um órgão de execução do Ministério Público evitando, assim, os chamados *promotores de encomenda*.

Ainda, ilustra bem o mestre Carneiro (apud Rangel, 2014, p. 38):

O princípio do promotor natural pressupõe que cada órgão da instituição tenha, de um lado, as suas atribuições fixadas em Lei e, de outro, que o agente que ocupa legalmente o cargo correspondente ao seu órgão de atuação, seja aquele que ira officiar no processo correspondente, salvo as exceções previstas em lei, vedado em qualquer hipótese, o exercício das funções por pessoas estranhas aos quadros do *parquet* (5. ed. Rio de Janeiro: Forense, p. 51).

O princípio visa, então, à proteção da sociedade e à independência do promotor, visto que possui independência funcional e a garantia da inamovibilidade.

Assim que empossado o membro do Ministério Público, deverá ser alocado em órgão de execução para que lhe sejam asseguradas todas as suas garantias. Vislumbra-se este princípio no art. 5º, XXXVII e LIII da CF/1988:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
[...].
XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;
[...]. LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente (BRASIL, 1988, texto digital).

Por fim, pode-se concluir que a ausência de atribuição do órgão do Ministério Público para atuar poderá ensejar a declaração de invalidade em virtude da constituição de vício (RANGEL, 2014).

2.5.6 Princípio da Presunção de Inocência

O princípio da presunção de inocência está previsto no art. 5º, LVII, da Constituição Federal, que estabelece em seu teor que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. Esse é o principal princípio do direito processual penal e é fruto da evolução civilizatória do processo penal (LOPES JÚNIOR, 2013):

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória (BRASIL, 1988, texto digital).

Na visão desse doutrinador, o princípio da presunção da inocência exige que o réu seja tratado como inocente tanto na dimensão interna, quanto na dimensão externa a ele. Na primeira, a carga de prova fica sob responsabilidade do acusador, eis que o réu é inocente e não precisa provar nada. A dúvida conduz à absolvição, de modo que existem severas restrições ao uso das prisões cautelares. Na segunda, existe uma proteção no que toca à publicidade da investigação, garantindo, assim, o direito de imagem, dignidade e privacidade do réu, de forma a se evitar uma condenação precoce.

Importante destacar que a decretação de prisão cautelar não fere o disposto no art. 5º, LVII da CF/1988.

2.5.7 Princípio do Devido Processo Legal

O princípio do devido processo legal está previsto no art. 5º, LIV, da CF/1988. Dispõe que ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal. Esse princípio garante ao indivíduo um processo com todas as etapas previstas na lei e dele derivam todos os demais princípios, garantindo, assim, a tutela dos direitos e interesses individuais, coletivos e difusos. Para Pacheco (2007), esse princípio, por sim só, engloba todas as garantias do direito de ação, assegurando que o processo seja o devido, adequado à espécie e apto a tutelar o interesse discutido em juízo para resolver com justiça o conflito, obedecendo, assim, à prescrição legal, e principalmente necessitando atender a Constituição.

2.5.8 Princípio da Imparcialidade do Juiz

O princípio da imparcialidade do juiz está previsto de maneira implícita no art. 5º, § 2º da CF/1988. Assegura que os direitos e garantias expressos na Constituição não excluirão outros decorrentes de tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte. Esse princípio é fruto do Pacto de São José da Costa Rica de 1969, e encontra-se no art. 8º:

Art. 8º - Toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, **independente e imparcial**, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação pena formulada contra ela, ou para que se determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza (BRASIL, 1988, texto digital, grifo da autora).

Dessa forma, visa assegurar que o juiz competente para o julgamento da causa não julgue-a de forma dissociada do equilíbrio que as partes esperam da magistratura, buscando a construção de um sistema claro, havendo mais aceitação pelas partes e servindo de legitimação para o Poder Judiciário, que, no Brasil, não é eleito pelo povo (NUCCI, 2014).

2.5.9 Princípio da Humanidade

Conforme elucida Cardoso (2006, texto digital), o direito penal passou por constantes evoluções e as penas foram perdendo o caráter de castigo. A autotutela passou a ser proibida e o Estado ficou com os encargos deste poder. Ainda, faz-se necessário lembrar que o princípio da humanidade sustenta que o poder punitivo estatal não pode aplicar sanções que atinjam a dignidade da pessoa humana ou que causem lesão de forma físico-psíquica dos condenados.

Este princípio preocupa-se em respeitar a dignidade do condenado, repelindo a tortura, penas cruéis, maus tratos e condições que violem o princípio da dignidade humana.

2.5.10 Princípio da Dignidade da Pessoa Humana

O princípio da dignidade da pessoa humana, não se trata apenas de um princípio do Processo Penal. Este, conforme Nicolitt (2013), é fundamento da República e está presente no art. 1º da CF/1988, orientando, assim, vários campos, especialmente o das garantias fundamentais previstas no art. 5º da CF/1988.

Para Nicolitt (2013), o sentido do enunciado *dignidade humana* torna-se difícil de precisar. Canotilho (apud Nicolitt, 2013, p. 27) apresenta a teoria dos cinco componentes a qual adequa-se de maneira mais correta à realidade constitucional brasileira:

Integridade física e espiritual do homem como aspectos irrenunciáveis de sua individualidade, seguindo com a garantia de identidade e integridade da pessoa através do desenvolvimento de sua personalidade e passando à chamada libertação da angústia da existência da pessoa, libertação essa através de mecanismos sociais de providências que garantem a possibilidade de condições mínimas existenciais. O quarto componente é a consagração da autonomia individual através da limitação dos poderes públicos relativamente aos conteúdos, formas e procedimentos do Estado de Direito e, por fim, o quinto componente reside na dignidade social, ou na igualdade de tratamento normativo, ou seja, igualdade perante a lei (CANOTILHO apud NICOLITT, 2013, p. 27).

Nucci (2014), complementa que o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana possui dois aspectos: objetivo e subjetivo. O primeiro compõe garantias mínimas a existência do ser humano, como moradia, alimentação, educação, lazer, vestuário, higiene, entre outros, conforme fixado no art. 7º, IV da

CF. O segundo aspecto refere-se ao respeito e autoestima que estão presentes em todo o ser humano e que lhe acompanham no decorrer da vida sendo estes irrenunciáveis.

Assim, percebe-se que a dignidade humana é de suma importância para o processo penal, visto que tem caráter de garantia constitucional e deve orientar e ser fonte de inspiração na atividade jurisdicional do Estado, principalmente no que tange à individualidade do ser humano, à autonomia frente ao poder público e à igualdade de tratamento normativo na vedação de certos meios de prova e no tratamento dado ao acusado. Toda a atividade estatal deve se voltar à tutela e ao respeito da dignidade da pessoa humana, não excluindo a atividade persecutória do Estado, em investigação criminal, ação penal ou no curso do processo (NICOLITT, 2013).

2.5.11 Princípio da Igualdade

O princípio da igualdade ou paridade de armas está previsto no art. 5º da CF/1988, exigindo tratamento igual para os iguais e tratamento desigual aos objetivamente desiguais. Sobre o tema, manifestou-se o Supremo Tribunal Federal, verbis:

Devido processo legal – Partes – Ministério Público e defesa – paridade de armas. Acusação e defesa devem estar em igualdade de condições, não sendo agasalhável, constitucionalmente, interpretação de normas reveladoras da ordem jurídica que deságue em tratamento preferencial. A *par condicio* é inerente ao devido processo legal (RMS nº 21884-7/DF, Min. Marco Aurélio, julgamento em unanimidade).

Argumenta Nicolitt (2013) que, por diversas vezes, presenciamos diferenciações advinda da desigualdade de posições nos pólos do processo. Desse modo, é cabível a revisão criminal, impugnação exclusiva da defesa em virtude da situação desfavorável do réu e por ser a parte mais vulnerável na ação penal.

Neste sentido, Nicolitt (2013, p. 38) defende que, ao sentar-se ao lado direito do juiz, o representante do Ministério Público cria “uma artificial hierarquia, como se a proximidade com o magistrado fosse capaz de lhe conferir mais importância do que lhe foi conferida pela CF/1988”. Em seu posicionamento, a mudança da disposição da sala de audiência e do salão do júri, retirando o assento do Ministério Público do lado direito do magistrado, não violaria sua relevância constitucional e

tampouco sua dignidade, porém poderia-se visualizar “concretamente a aplicação prática, e não meramente retórica, do princípio da igualdade” (NICOLITT, 2013, p. 38).

2.6 Hermenêutica na Tutela Penal

Conforme elucida Ferreira (2010), hermenêutica é o ramo que visa interpretar textos em diferentes modalidades, como por exemplo: filosóficos, religiosos, etc.

Para Maximiliano (apud Nicolitt, 2013), a hermenêutica no Direito Processual Penal tem como objetivo estudar e sistematizar os processos aplicáveis, determinando, assim, o sentido e o alcance das expressões do direito. Ainda nesse sentido, Nicolitt (2013, p.3) menciona o art. 3º do CPP o qual afirma que, “a lei processual admite interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito”. Porém, é a mais importante forma de interpretação, relevando a origem histórica do CPP e a defasagem constitucional. Pode ser chamada de filtragem constitucional e interpretação constitucional, conforme explica Paulo Ricardo Schier (apud Nicolitt, 2013, p. 3):

[...] a ordem jurídica, sob a perspectiva formal e material, e assim os seus procedimentos e valores, devem passar sempre e necessariamente pelo filtro axiológico da Constituição Federal, impondo, a cada momento da aplicação do Direito, uma releitura e atualização de suas normas.

Desta maneira, afirma Hesse (apud Nicolitt, 2013) que na interpretação de qualquer lei ou ato estatal deve ser considerada a força normativa da Constituição, pois esta é capaz de promover mudança no mundo real. Assim, todas as interpretações devem buscar a realização dos valores consagrados na Constituição.

Conforme explana Nicolitt (2013, p. 4), a hermenêutica pode ser classificada de diversas formas:

- Autêntica ou contextual: sendo aquela realizada pelo próprio legislador, em que “a própria lei define a interpretação do termo ou expressão”.
- Jurisprudencial: juízes e tribunais após análise reiterada de casos semelhantes constroem a interpretação jurisprudencial. “Atualmente, esta interpretação ampliou sua relevância em razão da possibilidade da edição de súmulas vinculantes por parte do STF (Supremo Tribunal Federal).”

- Doutrinária: aquela publicada em livros, artigos, comentários à lei feita por estudiosos.

Ainda para Nicolitt (2013), os métodos de interpretação podem ser divididos em: literal, quando é examinada a letra da lei e a forma gramatical; interpretação lógica, método que procura o sentido da norma através de fatores racionais; histórica e sistemática, que busca examinar a lei no contexto histórico e a conexão com outras leis; e interpretação teleológica, visando buscar a finalidade e os valores tutelados pela norma.

Diante de norma incriminadora, não é possível a aplicação de analogia em razão do princípio da legalidade, previsto na Constituição Federal em seu art. 5º, inciso XXXIX: “Não haverá crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”. Entretanto, a norma puramente processual, aquela não incriminadora, admite a analogia como método interpretativo aplicando-se a situações jurídicas ainda não reguladas pelo direito, regras de situações semelhantes.

Nicolitt (2013, p. 5) ainda acrescenta que a interpretação pode ser classificada em razão do resultado; de forma declarativa, somente com a declaração do significado do texto, nada mais; restritiva, sendo esta a forma de reduzir o alcance da lei, citando-se como exemplo, a interceptação telefônica prevista no art. 5º, XII, da CF/1988 que somente será autorizada em último caso; e a interpretação extensiva, que consiste em ampliar o sentido ou alcance da lei, conforme expresso no art. 3º do CPP que admite interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.

A hermenêutica permite afastar ou minimizar conteúdos ideológicos escondidos e comprometimentos com interesses de maiorias eventuais, preenchendo-as com os valores consagrados na CF/1988, principalmente a dignidade da pessoa humana, fundamento da República e do Estado democrático de Direito (NICOLITT, 2013).

Conforme Rosa (2012), a teoria do garantismo pressupõe normas que servirão de referência à tomada de decisões do julgador. Essas normas devem ser conhecidas, e servem fundamentalmente para formar decisões em sua

conformidade. Ainda, Posner (apud Rosa, 2012) aponta que é necessário o (re) estabelecimento da função do campo jurídico, sublinhando a importância do garantismo jurídico.

Nesse sentido, Barretto (2013) afirma que o processo hermenêutico é mais do que uma redutora constatação e aceitação de existência das normas. Ela deve atender a função de interpretar normas legitimadas pelo estado, argumentando valores que antecedem a própria construção da ordem constitucional. Para Barros (apud Nicolitt, 2013, p. 4), a perspectiva pós-positivista e principiológica do direito influenciou na formação de uma moderna hermenêutica constitucional, destacando importantes princípios para a interpretação como a “supremacia da Constituição”, a “presunção de constitucionalidade das leis e dos atos emanados do Poder Público”, ainda a razoabilidade e a efetividade.

Na interpretação da lei ou ato estatal, entre estas as leis penais e atos processuais penais, não se deve perder de vista a força normativa da Constituição, a qual ordena que toda a interpretação deve ter por objetivo a construção do projeto constitucional, buscando de forma radical e incansável atender aos valores consagrados na Constituição e aos direitos fundamentais do ser humano (NICOLITT, 2013).

3 A LEI 12.403/2011, PRISÕES CAUTELARES E MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS

A palavra “prisão” deriva do latim *prensione*, e configura o ato de prender, capturar. Significa também, o lugar onde a pessoa é presa ou mantida em cárcere. No aspecto histórico, a prisão surgiu mais como medida cautelar do que como pena, podendo se encontrar traços da prisão cautelar entre os hebreus na Grécia antiga e em Roma. Foi o direito canônico que transformou a prisão em castigo ou pena, aparecendo, dessa forma, a partir do século XVI. No Brasil, a prisão processual se divide em: prisão em flagrante, prisão temporária, prisão preventiva, prisão por pronúncia e prisão por sentença condenatória recorrível. As espécies de prisão objetos deste estudo são aquelas que ocorrem de forma anterior à condenação no processo penal, de caráter provisório, sendo estas: a prisão em flagrante (arts. 301 a 309 do CPP), prisão temporária (Lei 7.960/89), e a prisão preventiva (arts. 311 a 316 do CPP) (POLASTRI, 2011).

A Lei 12.403/2011 trouxe uma série de novas medidas cautelares pessoais alternativas à prisão, conforme previsão nos arts. 319 e 320 do CPP, que exigem para sua aplicação o *fumus commissi delicti* (ou prova de existência do crime e indícios de autoria) e o *periculum libertatis* (o perigo da liberdade), necessitando demonstrar não só a plausibilidade da pretensão acusatória, mas também o risco que a liberdade do acusado representa à persecução penal como um todo (SANTOS, 2011).

Assim, neste capítulo, o objetivo será demonstrar a importância das diretrizes da Lei 12.403/2011, os princípios que regem a aplicação das medidas cautelares, e

analisar, ainda que de forma breve, as espécies de prisão cautelar e medidas cautelares alternativas presentes no ordenamento jurídico brasileiro.

3.1 Princípios aplicáveis às medidas cautelares

Visto que no Brasil a regra é a liberdade e a prisão é exceção, os princípios norteadores para decretação da prisão cautelar devem ser observados no caso concreto. Todos os princípios que regem as medidas cautelares são importantes, porém, neste capítulo, elencam-se os que merecem maior destaque.

3.1.1 Princípio da Obrigatoriedade da Motivação das Decisões Judiciais

O princípio da obrigatoriedade da motivação das decisões judiciais determina ao julgador de fundamentar expressamente todas as decisões tomadas no decorrer do andamento processual. Este princípio permite às partes identificarem os motivos que levaram ao julgador a decidir e, assim, analisarem se vale a pena ou não recorrer da decisão. Permite, também, ao sucumbente impugnar de forma exata os pontos motivados da sentença, eis que nosso sistema repele impugnações de forma genérica, e facilitar o andamento do processo, visto que o órgão *ad quem* poderá visualizar as razões que levaram o magistrado *a quo* a decidir daquela forma (BADR, 2010, texto digital).

Esse princípio está previsto no inciso IX, do art. 93, da CF/1988:

Art. 93. [...].

IX – todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação (BRASIL, 1988, texto digital).

Assim conforme esclarece BADR (2010):

[...]o cidadão que submete os seus interesses à tutela jurisdicional pode e deve exigir uma conduta impessoal do órgão judicial, livre de qualquer interesse mesquinho, capricho de ordem pessoal ou de características estranhas à finalidade maior do Estado atual, qual seja, a justiça, entendida no seu mais amplo significado” (BADR, 2010, texto digital).

3.1.2 Princípio da Provisionalidade

Conforme ilustra Lopes Júnior (2013), a provisionalidade nas medidas cautelares é um dos princípios básicos para a correta aplicação destas. O julgador, ao verificar que não estão mais presentes o *fumus commissi delicti* e/ou *periculum libertatis*, deverá cessar a prisão, importando na soltura do imputado já que a presença de ambas é requisito para manutenção da prisão.

No art. 282, §§ 4º e 5º do CPP, há a consagração do princípio da provisionalidade:

§ 4º. No caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas, o juiz, de ofício ou mediante requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante, poderá substituir a medida, impor outra em cumulação, ou, em último caso, decretar a prisão preventiva (art. 312, parágrafo único).

§ 5º. O juiz poderá revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem (BRASIL, 1941, texto digital).

Desprezar o princípio da provisionalidade resulta em prisão cautelar ilegal, pela falta de fundamento para legitimação, bem como pela apropriação indevida de tempo do apenado.

Assim, as medidas alternativas à prisão bem como a prisão preventiva poderão ser substituídas ou revogadas ao verificar-se o desaparecimento dos motivos que a legitimem.

3.1.3 Princípio da Provisoriedade

A indeterminação é um dos maiores problemas do sistema cautelar e vem de encontro ao princípio da provisoriedade. Princípio este está relacionado ao fator tempo, eis que toda prisão cautelar deveria ser de breve duração.

Surge aqui o problema, pois a previsão da aplicação das cautelares não está efetivamente positivada. Somente a prisão temporária possui prazo máximo previsto em lei, o que não ocorre com a prisão preventiva. Quando da Lei 12.403/2011, houve o veto relativo ao dispositivo que pretendia fixar o prazo máximo de duração da prisão preventiva em 180 dias.

A jurisprudência tentou construir limites e algumas decisões até admitiram o excesso de prazo, conforme exemplo ocorrido no Estado da Bahia:

RHC.PRISÃO PREVENTIVA.SÚMULA Nº 52-STJ

A turma deu provimento ao recurso em habeas corpus para que o recorrente, preso há mais de três anos, aguarde em liberdade o julgamento do processo mediante o compromisso de comparecer a todos os atos do processo para os quais for chamado. Isso no entendimento de que, encerrada a instrução, é possível reconhecer o excesso de prazo diante da garantia da razoável duração do processo, prevista no art. 5º, LXXVIII, da CF/1988, com a reinterpretação da Súmula nº 52-STJ à luz da EC nº 45/2004.

Conforme Lopes Júnior (2013), é uma pena que se deixou de fixar a duração da prisão preventiva e a sanção processual em caso de excesso. Em sua visão, de forma como está, os abusos continuarão.

3.1.4 Princípio da Excepcionalidade

O princípio da excepcionalidade está previsto no art. 282, § 6º, do CPP:

§ 6º. A prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar (art. 319) (BRASIL, 1941, texto digital).

Esse princípio define que a prisão preventiva será utilizada como último instrumento, nos casos em que não for possível a aplicação das medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319, do CPP. Assim, os princípios da excepcionalidade, da necessidade e da proporcionalidade devem andar juntos.

Para Lopes Júnior (2013), o princípio da excepcionalidade deve ser analisado em conjunto com o princípio da presunção de inocência, transformando as prisões cautelares em última *ratio* do sistema. Acrescenta, ainda:

No Brasil, as prisões cautelares estão excessivamente banalizadas, a ponto de primeiro se prender, para depois ir atrás do suporte probatório que legitime a medida (LOPES JÚNIOR, 2013, p. 24).

Ferrajoli (apud Lopes Júnior, 2013) ressalta que a prisão cautelar é uma modalidade de pena, em que primeiro castiga-se o réu para depois processar. Segundo ele, o preso preventivo ainda possui condição menos favorável do que o preso definitivo, eis que este último possui o benefício do regime semiaberto ou saídas temporárias. Para a população, a “prisão imediata” constrói uma falsa noção

de eficiência do sistema e da justiça, tornando o que seria excepcional como regra, de uso comum e ordinário.

3.1.5 Princípio da Duração Razoável da Prisão Cautelar

O doutrinador Nucci (2007) discorre acerca do surgimento de um novo princípio processual penal, o qual surgiu a partir da jurisprudência atual, em particular do Supremo Tribunal Federal: Princípio da duração razoável da prisão cautelar. Este princípio não se confunde com o princípio da razoável duração do processo, “o que emerge mais forte, pois, do bom senso e do equilíbrio de muitos magistrados brasileiros é a percepção de que a prisão é uma exceção; a liberdade do ser humano, a regra” (NUCCI, 2007, texto digital).

Ademais, sabe-se que não há prazo de duração em relação à prisão cautelar, exceto quando decretada a prisão temporária. Assim, “cabe ao juiz a cautela de zelar pela razoabilidade do prazo da prisão cautelar, o que os tribunais vêm buscando garantir” (NUCCI, 2007, texto digital), visto que o preso provisório, aquele que não tem a culpa formada, poderá ao final do processo ser absolvido.

A prisão cautelar deve atender requisitos previstos em lei para sua decretação e somente deve perdurar enquanto presentes os seus fundamentos.

Nota-se o entendimento do Supremo Tribunal Federal no tocante ao excesso de prazo da prisão cautelar:

Ementa: HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA (ART. 288 DO CP) E CONCUSSÃO (ART. 316 DO CP). PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. EXCESSO DE PRAZO PARA O TÉRMINO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. 1. Os fundamentos utilizados revelam-se idôneos para manter a segregação cautelar do paciente, na linha de precedentes desta Corte. É que a decisão aponta de maneira concreta a necessidade de (a) garantir a ordem pública, tendo em vista a periculosidade do agente, evidenciada pelas circunstâncias em que os delitos foram praticados e pelo fundado receio de reiteração delitiva; e (b) por conveniência da instrução criminal, ante a possibilidade de interferência na colheita das provas. Precedentes. 2. **A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que a demora para conclusão da instrução criminal, como circunstância apta a ensejar constrangimento ilegal, somente se dá em hipóteses excepcionais, nas quais a mora seja decorrência de (a) evidente desídia do órgão judicial; (b) exclusiva atuação da parte acusadora; ou (c) situação incompatível com o princípio da razoável duração do processo, previsto no art. 5º, LXXVIII, da CF/88, o que não ocorre no caso dos autos.** 3. Ordem denegada. (HC

124884, Relator (a): Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, julgado em 09/12/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-250 DIVULG 18-12-2014 PUBLIC 19-12-2014) (grifo da autora).

Dessa forma é possível concluir que em virtude de não haver previsão de duração da prisão cautelar, o excesso de sua duração pode ser questionado e analisado pelo julgador. Embora não exista a previsão extrínseca do princípio da razoável duração da prisão cautelar o entendimento do STJ é firme de que ela será mantida enquanto que não configurar o constrangimento ilegal e estiverem presentes os seus requisitos de aplicação.

3.1.6 Princípio da Legalidade da Prisão

O princípio da legalidade da prisão não está expressamente previsto, porém é extraído a partir de um sistema de proteção às liberdades individuais listados na CF/1988.

Assim, a Carta Magna demonstra grande preocupação com as prisões e tutela a liberdade em várias oportunidades, “impondo limitações e procedimentos a serem observados para firmar a regularidade da prisão, meios e casos de soltura do preso, alguns direitos do detento, e medidas para sanar e questionar a prisão” (PACHECO, 2007, texto digital).

O art. 5º da CF/1988, em seus incisos, elenca a preocupação com as prisões:

LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;
LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;
LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;
LXVIII - conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder (BRASIL, 1988, texto digital).

Ainda, o inciso LXXV deste mesmo artigo, prevê que o Estado indenizará toda a pessoa condenada por erro judiciário, bem como aquela que ficar presa além do tempo fixado na sentença.

3.1.7 Princípio da Adequação e Proporcionalidade

O princípio da adequação e da proporcionalidade está positivado na redação do art. 282, inciso II do CPP, e determina que as medidas cautelares devem ser adequadas à gravidade do crime e às circunstâncias do fato, atendendo também as condições pessoais do indiciado ou acusado.

O princípio da adequação e proporcionalidade é encontrado, também, no § 1º, do artigo 283 do CPP, ao mencionar que “as medidas cautelares previstas neste Título não se aplicam à infração a que não for isolada, cumulativa ou alternativamente cominada pena privativa de liberdade”.

Na visão de Almeida (2011, texto digital), a redação desses artigos visa autorizar que a possível pena a ser aplicada ao acusado evite a decretação da custódia cautelar nas hipóteses em que ao final da persecução penal, “seja improvável que, havendo sentença condenatória, o réu tenha que efetivamente cumprir a sanção imposta recolhendo-se à prisão”.

Neste sentido, quanto à adequação e proporcionalidade de uma prisão preventiva decretada nestas circunstâncias, melhor será a opção por outra medida de cautela de substituição ou mais de uma se for o caso (ALMEIDA, 2011, texto digital).

3.1.8 Princípio da Precariedade

Consoante Almeida (2011), o princípio da precariedade justifica-se para impor barreiras à decretação indiscriminada de medidas restritivas do direito de liberdade de locomoção no curso do processo, respeitando, principalmente, o princípio da presunção de inocência. O princípio da precariedade tutela que a medida imposta ao acusado ou réu seja razoável e “suportável”.

Como anteriormente dito, o princípio da precariedade determina que:

[...] para a legitimação de qualquer limitação da liberdade de locomoção imposta antes que se tenha uma decisão condenatória transitada em julgado, somente é autorizada desde que efetivamente necessária e possa ser suportada pelo acusado ou réu, sempre em coadunância com as circunstâncias em que cometido o delito e as condições pessoais do indivíduo que deverá suportá-la (ALMEIDA, 2011, texto digital).

Assim, o julgador poderá aplicar medida cautelar considerando as circunstâncias do delito, como por exemplo, o modo de execução do crime, os instrumentos empregados em sua prática, as condições de tempo e local em que ocorreu o ilícito penal, o relacionamento entre o agente e o ofendido bem como de acordo com as condições pessoais do acusado, como reincidência, se o acusado possui residência fixa ou ocupação lícita, desde que presentes os requisitos do *periculum libertatis* e o *fumus comissi delicti*.

3.1.9 Princípio da Necessidade

Verificando o juiz que ao condenado não será aplicada pena privativa de liberdade, ou que, nas condições em que cometido o delito, o indiciado, acusado ou réu será beneficiado por alguma causa de exclusão de ilicitude, não será necessária a decretação das medidas cautelares enumeradas no CPP.

Almeida (2011, texto digital) elucida que esse princípio advém do art. 282, inc. I, do CPP e do § 1º, do art. 283 e parágrafo único do art. 310, da mesma norma processual penal. Nesses casos a decretação de qualquer medida de cautela é totalmente descabida e desnecessária.

3.1.10 Princípio da Subsidiariedade

O princípio da subsidiariedade encontra-se inserido no art. 5º, inc. LXI, da CF/1988:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei (BRASIL, 1988, texto digital).

Conforme atesta Almeida (2011, texto digital), esse artigo expressa a autorização da prisão de forma subsidiária, quando alguém for surpreendido em flagrante delito, “por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente”, prisão preventiva e decorrente de sentença condenatória definitiva.

A decretação da prisão cautelar é vedada quando a lei admitir a liberdade provisória com ou sem prestação de fiança. Após frustradas tentativas de imposição de outra medida de cautela e atendidos os pressupostos para a decretação da prisão, estes previstos no art. 312 do CPP, será cabível a decretação da prisão preventiva. Ainda nesse sentido reitera Almeida (2011, texto digital) que a conversão da prisão em flagrante somente será convertida em preventiva quando as medidas previstas no art. 319 do CPP revelarem-se inadequadas ou insuficientes.

3.2 Considerações Gerais sobre a Prisão Cautelar

A prisão provisória, cautelar, processual ou sem pena, como o próprio nome já diz, possui caráter provisório e tem o objetivo de garantir o bom andamento do processo quando este ainda não tiver sido julgado. Nas prisões cautelares, a provisionalidade é um princípio básico, pois são elas, acima de tudo, situacionais, na medida em que tutelam uma situação fática. Uma vez desaparecidos um de seus requisitos, se impõe a imediata soltura do imputado, na medida em que é exigida a presença concomitante de ambas (requisito e fundamento) para manutenção da prisão. Ao desprezar a provisionalidade, caracteriza-se uma prisão ilegal, não apenas pela falta de fundamento que a legitime, mas também por indevida apropriação do tempo do imputado (LOPES JÚNIOR, 2011).

Lima (2012) destaca que a antiga redação do art. 282 do CPP previa que a privação de liberdade e de locomoção antes da sentença condenatória com trânsito em julgado era possível nos delitos cometidos em flagrante delito, pronúncia ou em casos previstos em lei por meio de ordem escrita da autoridade competente. Hoje, essa redação se encontra no art. 283 do CPP que, com o advento da Lei 12.403/2011, passou a dispor:

Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva (BRASIL, 1941, texto digital).

Assim, o dispositivo passou a prever as espécies de prisão admitidas no direito processual penal: “a prisão em flagrante, a prisão temporária, a prisão

preventiva (espécies de prisão cautelar), e a prisão decorrente de sentença penal condenatória transitada em julgado” (LIMA, 2012, p. 68).

Segundo a doutrina, atualmente um dos maiores problemas da prisão cautelar é a indeterminação acerca da duração da prisão. Somente a prisão temporária possui prazo máximo de duração previsto em lei, de até 5 dias, prorrogáveis por igual período, ou no caso de crimes hediondos ou equiparados por até 30 dias, prorrogáveis por igual período. A prisão preventiva segue absolutamente indeterminada, podendo durar enquanto o juiz ou tribunal entender existir o *periculum libertatis* (LOPES JÚNIOR, 2011).

Cumprе ressaltar o conceito que traz Rangel (2014) para os principais requisitos de aplicação das prisões provisórias:

O *periculum libertatis* é caracterizado pelo perigo na liberdade do réu, devendo ser demonstrado o perigo social que existe ao se manter o réu em liberdade, bem como a urgência e necessidade de aplicação da medida, evitando, ainda, que a demora no andamento processual torne a tutela jurídica pleiteada ineficaz, visto que, muitas vezes, em virtude do lapso temporal, a prestação jurisdicional vem a adquirir essa forma.

O *fumus comissi delicti* traduz-se como prova de existência do crime e indícios de autoria, assegurando a probabilidade de uma sentença favorável, autorizando, assim, a decretação de medida cautelar.

Ainda, Lima (2012) esclarece que a prisão cautelar é aquela que possui o objetivo de assegurar a eficácia das investigações ou do processo criminal.

No Brasil, que consagra o princípio da presunção de inocência, seria mais apropriado privar a liberdade de locomoção do acusado somente após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Entretanto, no decorrer do processo, há o risco de comprometimento da atuação jurisdicional ou interferência na eficácia do julgado. Imperioso torna-se o caráter das medidas cautelares para minimizar esse risco. A prisão cautelar deve estar diretamente ligada à instrumentalização do processo criminal, tratando-se de medida excepcional, não devendo ser utilizada como meio de cumprimento antecipado da pena, visto que o juiz, ao analisar sua

viabilidade, faz a decretação com base na periculosidade e não na culpabilidade (LIMA, 2012).

Para Tornaghi (apud Lima, 2012, p. 89), os juízes devem ser prudentes prevenindo-se do “calo profissional”, que por muitas vezes os deixa insensibilizados. Existem juízes que acabam por esquecer os inconvenientes da prisão, agem rotineiramente e a consequência desse relaxamento é chegar ao ponto de tratar as pessoas como coisas. Além disso, há o perigo da precipitação que impede o exame maduro das circunstâncias e pode vir a acarretar erros, visto que a possibilidade de prender e soltar por inúmeras vezes caracteriza a imprudência, devendo o juiz acautelar-se dessa prática. Por fim, o juiz deve ater-se de cometer exageros ao temer danos imaginários, supondo, assim, o zelo excessivo e impondo segregações por demais severas ao acusado.

A prisão cautelar também não deve ser decretada para dar satisfação à sociedade, à opinião pública e à mídia, pois poderá perder sua natureza. Atualmente, o índice de decretações de prisões cautelares desempenha um alto efeito sobre a opinião pública, criando a ilusão de justiça instantânea. A prisão imediata por diversas vezes constrói uma falsa noção de eficiência do Estado e da justiça, tornando, assim, o que era para ser excepcional, instrumento de uso comum. “Nessa teratológica alquimia, sepulta-se a legitimidade das prisões cautelares, quadro esse agravado pela duração excessiva” (LIMA, 2012, p. 89).

Ainda, inevitável destacar que a prisão ou a privação de liberdade em cárcere causa transtornos naquele cidadão que teve seu direito de locomoção restringido. Bittencourt (2011) elenca os efeitos especialmente causados pela prisão:

Entre os presos preventivos é comum produzir-se um quadro clínico denominado “furor dos encarcerados”, a que Seelig chama *reação explosiva à prisão*, que ocorre imediatamente após o ingresso no cárcere. Trata-se de um quadro de agitação, uma verdadeira “tempestade de movimentos” e que pode prolongar-se durante horas, podendo correr com frequência as auto e heteroagressões (BITTENCOURT, 2011, p. 199).

Não fosse o bastante, ainda se pode citar a Síndrome de Ganser, que acarreta falta de consciência, insensibilidade corporal, aparente simulação e a síndrome da farsa, estado em que a pessoa entende não ser nada além de uma farsa. Por vários motivos, os presos podem desenvolver uma série de patologias, quadros depressivos, indiferença, perda de apetite, perda de memória, e ideias

autodestrutivas, chegando inclusive, a ideia do suicídio. A taxa de suicídios no âmbito mundial é consideravelmente alta e indica os graves prejuízos psíquicos que a prisão acarreta. Além dos abalos psicológicos, todo o ser humano mantido em cárcere desenvolve outras patologias que agredem sua saúde corporal, sua liberdade sexual bem como sua vida em sociedade (BITTENCOURT, 2011).

Dessa forma, após sucinto relato sobre a decisão, medidas adotadas e seus efeitos, passa-se analisar, as três espécies de prisão cautelar: prisão em flagrante, prisão preventiva e prisão temporária.

3.2.1 A Prisão em Flagrante

Conforme Lima (2012), a palavra flagrante deriva do latim *flagrare*, que significa queimar, notório, visível, manifesto. O flagrante seria uma característica do delito, é a infração que está sendo cometida ou que acabou de sê-la, autorizando, assim, a prisão do agente, mesmo sem autorização judicial em virtude de certeza visual do crime.

Pacelli (2014) esclarece que somente a situação prevista no art. 302, I, do CPP, caracteriza situação de ardência, ocorrência incontestável do delito; já no art. 302, II, do CPP, existe a previsão de situação de flagrante daquele que acaba de cometer a infração penal, mesmo já ocorrido o desaparecimento da situação de ardência, mas é possível o acolhimento de elementos da existência do fato e de sua autoria. No art. 302, III, do CPP, surge a hipótese chamada pela doutrina de *flagrante impróprio*, casos em que alguém é perseguido pela autoridade, ofendido ou qualquer do povo, em situação que se presume ser ele o autor do fato. Neste caso, decisiva se faz a imediatidade da perseguição, devendo esta ser avaliada a partir do caso concreto.

Cumprir destacar que na prisão em flagrante ainda existe a possibilidade de *flagrante presumido*. Aqui não se tem presente a visibilidade do fato, mas sim, se considera em flagrante delito aquele que é encontrado em posse do que poderia presumir ser ele o autor da infração.

As hipóteses da prisão em flagrante encontram-se no art. 302 do CPP:

Art. 302. Considera-se em flagrante delito quem:
I - está cometendo a infração penal;
II - acaba de cometê-la;
III - é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração;
IV - é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração (BRASIL, 1941, texto digital).

Para Pacelli (2014), a principal função da prisão em flagrante é evitar que a ação criminosa possa gerar todos os seus efeitos, impedindo, assim, a consumação do delito e, justamente por esse motivo, o art. 301 do CPP autoriza qualquer pessoa do povo a realizar a prisão em flagrante:

Art. 301. Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito (BRASIL, 1941, texto digital).

Destaca-se que a CF/1988, no art. 5º, XI, ainda permite a violação do domicílio, sem mandado judicial, inclusive à noite, quando presente a situação do flagrante delito (PACELLI, 2014).

A prisão em flagrante como o próprio legislador consagrou, “é uma medida de caráter precautelar”, pois não se dirige a garantir o resultado final do processo, e sim se destina a colocar o detido à disposição do juiz, para que em 24 horas adote ou não uma verdadeira medida cautelar (LOPES JÚNIOR, 2011, p. 30).

Lopes Júnior (2011) ainda complementa que a prisão em flagrante tem as seguintes funções processuais: evitar a fuga do infrator, auxiliar na colheita de elementos informativos, impedir a consumação do delito no caso de a infração estar sendo praticada, e preservar a integridade física do preso, diante da comoção que alguns crimes provocam na população.

Santos (2011) elucida que a prisão em flagrante inicialmente possui natureza administrativa, visto que, para concretização, dispensa ordem jurisdicional prévia, porém urge a imediata comunicação ao juízo competente e somente depois de confirmada pelo juiz a prisão será consolidada como medida cautelar.

Assim que o juiz receber a representação da autoridade policial, deverá haver o pronunciamento ao Ministério Público, posto que, no inquérito, os protagonistas

são a autoridade policial e o possível autor do fato. Diante disso, conforme art. 310 do CPP, tem-se como alternativas das decisões judiciais:

1 – relaxamento da prisão, se ilegal, conforme expressa previsão na CF/1988, art. 5º, LXV, sem prejuízo de imposição de outras medidas cautelares, quando necessárias, considerando a necessidade e adequação das medidas;

2 – homologação da prisão flagrancial, convertendo-a em preventivas quando presentes os requisitos do art. 312 do CPP: garantia da ordem pública e econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria, e desde que seja a única tutela cautelar adequada;

3 – concessão da liberdade provisória, observando que a fiança somente pode ser arbitrada se observado o disposto no art. 282, I e II, adequação e necessidade e estiver presente ou não o *periculum libertatis*, conforme previstas no art. 319, VIII do CPP (garantia do comparecimento do indicado aos atos do processo, evitar a obstrução do curso processual e neutralizar qualquer resistência injustificada à ordem judicial). Por fim, desde que não sejam adequadas quaisquer outras medidas cautelares, nada impede que a fiança seja arbitrada cumulativamente com outras medidas cautelares.

3.2.2 A Prisão Temporária

A prisão temporária está regulada pela Lei nº 7.960/89, a qual foi criada para assegurar a eficácia das investigações criminais, cumprindo a função de cautela. Conforme a exposição dos motivos da referida lei, muitas vezes o criminoso em liberdade coage a vítima, as testemunhas ou os agentes policiais, forja e adultera provas, perturba ou tumultua a investigação, prejudicando o esclarecimento da verdade real (POLASTRI, 2011).

Pacelli (2014) bem elucida que a supracitada lei prevê a prisão temporária dirigida exclusivamente à tutela das investigações policiais não podendo ser instaurada durante a ação penal. A prisão temporária não pode ser decretada *ex officio*, ou seja, não pode ser decretada de ofício pelo juiz, podendo somente ser

decretada por meio de representação da autoridade policial ou a requerimento do Ministério Público, conforme art. 2º, “caput”, da Lei 7.960/89:

Art. 2º A prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

A prisão temporária possui prazo preestabelecido de duração, podendo ser decretada quando a privação da liberdade de locomoção do indivíduo for indispensável para a obtenção de elementos de informação quanto à autoria e materialidade das infrações penais mencionadas no art. 1º, III da Lei 7.960/89, como em relação aos crimes hediondos e equiparados Lei 8.072/90.

O prazo máximo previsto em lei é de até 5 dias, prorrogáveis por uma única vez, e quando demonstrada sua necessidade. Em se tratando de crime hediondo ou equiparado, previstos na Lei 8.072/90, o prazo poderá ser de 30 dias, prorrogáveis por mais 30 quando demonstrada a real necessidade.

A prisão temporária deve atender a uma das três situações expostas no art. 1º, I, II, e III da Lei 7.960/89:

Art. 1º Caberá prisão temporária:

- I - quando imprescindível para as investigações do inquérito policial;**
- II - quando o indicado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade;**
- III - quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes:**
 - a) homicídio doloso (art. 121, caput, e seu § 2º);
 - b) seqüestro ou cárcere privado (art. 148, caput, e seus §§ 1º e 2º);
 - c) roubo (art. 157, caput, e seus §§ 1º, 2º e 3º);
 - d) extorsão (art. 158, caput, e seus §§ 1º e 2º);
 - e) extorsão mediante seqüestro (art. 159, caput, e seus §§ 1º, 2º e 3º);
 - f) estupro (art. 213, caput, e sua combinação com o art. 223, caput, e parágrafo único);
 - g) atentado violento ao pudor (art. 214, caput, e sua combinação com o art. 223, caput, e parágrafo único);
 - h) rapto violento (art. 219, e sua combinação com o art. 223 caput, e parágrafo único);
 - i) epidemia com resultado de morte (art. 267, § 1º);
 - j) envenenamento de água potável ou substância alimentícia ou medicinal qualificado pela morte (art. 270, caput, combinado com art. 285);
 - l) quadrilha ou bando (art. 288), todos do Código Penal;
 - m) genocídio (arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956), em qualquer de sua formas típicas;
 - n) tráfico de drogas (art. 12 da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976);
 - o) crimes contra o sistema financeiro (Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986) (grifo da autora).

Para Pacelli (2014), a decretação da prisão temporária afasta a necessidade de que os três incisos do art. 1º da Lei 7.960/89 sejam observados ao mesmo tempo, mas tão somente o inciso I deve ser observado, imprescindibilidade para a investigação criminal e o inciso III, no qual consta o rol de crimes em que caberia a decretação desta espécie de prisão. Na visão desse doutrinador, o inciso II se torna redundante, pois estaria contemplado no inciso I. Além da previsão na lei específica, para decretação desta espécie de prisão é necessário observar os requisitos tipicamente cautelares (indícios e autoria de materialidade).

3.2.3 A Prisão Preventiva

A prisão preventiva trata-se de espécie de prisão cautelar decretada pela autoridade judiciária competente, mediante representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente em qualquer fase das investigações ou do processo criminal (LIMA, 2012).

A prisão preventiva demonstra a cautelaridade na tutela durante a persecução penal e objetiva impedir condutas do autor ou por terceiros, que possam colocar em risco a efetividade da investigação ou do processo. Essa modalidade de prisão priva o acusado de liberdade antes mesmo da sentença transitada em julgado, não possuindo prazo de duração previsto em lei, podendo perdurar durante toda a persecução penal (PACELLI, 2014).

No direito brasileiro, a partir da Lei 12.403/2011, bem como no direito português e no direito italiano, surgiram várias outras medidas cautelares pessoais distintas da prisão preventiva, devendo a mesma somente ser aplicada em última instância, eis que vem a ser a medida cautelar mais gravosa prevista no ordenamento jurídico. A prisão preventiva somente será decretada mediante fundamentação da autoridade judicial competente, atentando sempre ao princípio da legalidade (PACELLI, 2014).

Esta modalidade de custódia passou a apresentar características bem definidas a o partir da edição da Lei 12.403/2011, passando a ser autônoma e independente de outra medida cautelar anterior, e subsidiária, sendo decretada em razão de descumprimento de medida cautelar imposta anteriormente.

Assim, para sua decretação, devem ser observadas as circunstâncias fáticas previstas no art. 312 do CPP, como os limites e exceções previstos no art. 313 do CPP. Pode ser imposta a prisão preventiva, conforme aponta (PACELLI, 2014, p. 551):

1 - a qualquer momento da fase de investigação ou do processo, de modo autônomo e independente (arts. 311, 312, e 313, CPP);

2 – como conversão da prisão em flagrante, quando insuficientes ou inadequadas outras medidas cautelares (art. 310, II, CPP);

3 – em substituição à medida cautelar eventualmente descumprida (art. 282, § 4º, CPP).

Cumprе destacar que a prisão preventiva tem sua duração condicionada à existência temporal de sua fundamentação, sendo a mesma caracterizada pela imprevisão de prazo de duração, podendo ser revogada quando se ausentarem os motivos que a ensejaram, e renovada se houver razões que a justifiquem. Nada impede que a prisão preventiva seja substituída por outra cautelar. Quando a prisão for revogada, nada deverá ser exigido do acusado. No caso de substituição, poderão ser exigidas outras medidas, desde que enquadradas nas hipóteses do art. 282, I, do CPP:

Art. 282. As medidas cautelares previstas neste Título deverão ser aplicadas observando-se a:

I - necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais; (BRASIL, 1941, texto digital).

Conforme ilustra Pacelli (2014), o *fumus comissi delicti* (ou prova de existência do crime e indícios de autoria) e o *periculum libertatis* (o perigo da liberdade), são requisitos que devem estar presentes em qualquer modalidade de prisão provisória ou cautelar, constituindo pressupostos para sua decretação. Ainda cumpre analisar cada um dos requisitos em que se baseiam os fundamentos da decretação da prisão preventiva, sendo eles: garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal. Esses pressupostos são previstos no art. 312, do CPP:

Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria (BRASIL, 1941, texto digital).

Pacelli (2014) conceitua os pressupostos de garantia da ordem pública e garantia da ordem econômica:

- Garantia da ordem pública: a expressão garantia da ordem pública é de difícil definição. A jurisprudência no Brasil vem, ao longo dos anos, tentando estabelecer um conceito, dando sinais de que a garantia da ordem pública seria o risco ponderável da repetição da ação delituosa, acompanhada do exame acerca da gravidade do fato, bem como sua repercussão. A Lei 12.403/2011 parece ter ratificado esse entendimento, eis que foram previstas algumas hipóteses de decretação de medidas cautelares para evitar a prática de infrações penais, o que pode ser visto no art. 282, I, CPP. A prisão preventiva para garantia da ordem pública deve somente ocorrer nos casos de crimes gravíssimos, tanto em relação a pena, como em relação aos meios de execução utilizados, ou ainda quando houver o risco de novas investidas criminosas, ou seja, é possível verificar intranquilidade no seio da comunidade. Dessa forma, a existência de outros inquéritos policiais e ações penais contra o réu em delitos da mesma natureza, juntamente com outros elementos concretos, autorizam a decretação da prisão preventiva. A prisão por garantia da ordem pública destina-se à proteção da própria comunidade, visto que a mesma é duramente atingida com o não aprisionamento dos autores que causam intranquilidade social.

- Garantia da ordem econômica: o termo garantia da ordem econômica seria completamente inadequado, eis que não existe análise mais profunda sobre essa garantia. O que se sabe é que houve a inclusão no art. 312 do CPP pela Lei Antitruste, Lei 8.884/1994, que trata de crimes administrativos e civis contrários à ordem econômica. Todavia, essa lei já foi revogada pela Lei 12.529/11. A prisão preventiva, neste caso, visaria impedir a continuidade da prática dos crimes para normalizar a economia ou como nos chamados “crimes de colarinho branco”. Após tantas alterações no CPP, ainda mantém-se a expressão garantia da ordem econômica, porém verifica-se seu pouco uso.

Para Lopes Júnior (2011), a prisão preventiva para garantia da ordem pública ou da ordem econômica não são cautelares e seriam inconstitucionais visto que degeneram as medidas transformando-as em atividades de polícia ou medidas de segurança pública. Para o autor a decretação com base nestes fundamentos resta descaracterizada se comparada aos seus fins puramente cautelares processuais.

Ainda, o conceito de garantia da ordem pública mostra-se vago e indeterminado servindo atualmente para fazer valer os atos prepotentes daqueles que ainda possuem discursos autoritários. O direito ainda vende a imagem de uma ordem reguladora com base em interditos que legitima o uso da força para adequação dos lações em sociedade. O conceito de garantia da ordem pública deriva do Direito Alemão, que na década de 30, em período nazifascismo, buscou autorização para prender de forma geral e aberta (NUCCI, 2014).

Também são ilustrados por Pacelli (2014) os conceitos de Conveniência da Instrução Criminal e Aplicação da Lei Penal:

- Conveniência da Instrução Criminal: A prisão decretada com fundamento na conveniência da Instrução Criminal se entende em virtude da perturbação ao regular andamento do processo, o que pode ocorrer quando o acusado ou pessoas que agem em seu nome intimidam testemunhas, peritos e até mesmo o próprio ofendido, causando incidentes que resultem em prejuízos no decorrer da Instrução Criminal.

- Aplicação da lei penal: A prisão preventiva decretada para assegurar a aplicação da lei penal, vislumbra o risco de fuga do acusado no decorrer do processo, impedindo a correta aplicação da lei em caso de decisão condenatória. A decretação com base nesse pressuposto não pode partir somente de mera especulação ou com base na situação econômica do réu, que mesmo possuindo boas condições financeiras e o risco de fuga tornar-se maior, não enseja motivo suficiente para sua decretação.

Por fim, passa-se a análise dos requisitos normativos para a aplicação da prisão preventiva, requisitos estes que estão previstos no art. 313 do CPP:

Art. 313. Nos termos do art. 312 deste Código, será admitida a decretação da prisão preventiva:
I - nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos;

II - se tiver sido condenado por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto no inciso I do caput do art. 64 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal;

III - se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência;

IV - REVOGADO

Parágrafo único. Também será admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la, devendo o preso ser colocado imediatamente em liberdade após a identificação, salvo se outra hipótese recomendar a manutenção da medida (BRASIL, 1941, texto digital).

Conforme dispõe o art. 313 do CPP, a regra geral permite a aplicação da prisão preventiva autônoma nos crimes dolosos, cuja pena máxima de liberdade seja superior a 4 anos. Afasta-se, assim, em regra, a prisão preventiva nos casos de crimes culposos e nas contravenções penais.

Nos demais crimes dolosos, em que a pena cominada seja igual ou inferior a 4 anos, a prisão preventiva somente poderá ser decretada se, presentes os pressupostos do art. 312, se o réu for reincidente, conforme art. 64, I, do CP, por condenação transitada em julgada de outro crime doloso.

Nos casos que envolvam violência doméstica e familiar, contra a criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, a prisão preventiva somente será decretada para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.

Nos casos em que se houver dúvida quanto à identidade civil do acusado ou indiciado, a prisão preventiva poderá ser decretada em qualquer crime doloso, devendo o preso ser colocado em liberdade assim que for esclarecida essa questão, sem o prejuízo de imposição de qualquer outra medida cautelar (PACELLI, 2014).

3.3 A Prisão Domiciliar

A prisão domiciliar, conforme Lopes Júnior (2011), não se trata de nova modalidade de prisão cautelar, e sim uma forma especial de cumprimento da prisão preventiva.

Esta modalidade de prisão está prevista nos arts. 317 e 318 do CPP:

Art. 317. A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial. (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:

I - maior de 80 (oitenta) anos;

II - extremamente debilitado por motivo de doença grave;

III - imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência;

IV - gestante a partir do 7º (sétimo) mês de gravidez ou sendo esta de alto risco.

Parágrafo único. Para a substituição, o juiz exigirá prova idônea dos requisitos estabelecidos neste artigo (BRASIL, 1941, texto digital).

A decretação de prisão domiciliar possui natureza humanitária e considera condições pessoais do agente. Diferencia-se da medida cautelar de recolhimento domiciliar, previsto no art. 317, IV, nesta o agente possui liberdade durante o dia para trabalhar e deve recolher-se no turno da noite. A decretação da prisão domiciliar é medida substitutiva da prisão, como as demais medidas cautelares, sendo submetida aos mesmos requisitos e princípios das demais.

3.4 Medidas cautelares alternativas: características, princípios e requisitos de aplicação

As medidas cautelares alternativas foram trazidas pela Lei 12.403/2011, que entrou em vigor no dia 07 de julho de 2011, representando a positivação do princípio da proporcionalidade pelo legislador, sinalizando que só devem ser decretadas instrumentalmente, isto é, quando a liberdade plena do acusado possa comprometer a eficácia do processo, e sempre de forma a não ser mais gravosa do que a hipotética condenação criminal. A lei foi sancionada com o objetivo de alterar importantes artigos do CPP, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória e demais medidas cautelares. As tutelas descritas nos arts. 319 e 320 do CPP também são constritivas de liberdade, sendo sua imposição justificada quando estiverem presentes os requisitos do *fumus comissi delicti* e o *periculum libertatis*. A aplicação dessas medidas pode se dar isolada ou cumulativamente, exceto a prisão preventiva que deve ser determinada sempre isoladamente, pois sua decretação pressupõe a insuficiência de qualquer outra medida acautelar no processo. Deve existir uma adequação da medida cautelar à gravidade do injusto. Conforme art. 282, II do CPP, a regra é que seja fixada gradativamente, da menos severa até a mais rigorosa, haja vista que, em caso de descumprimento, o juiz pode substituí-la, cumulá-la e, em último caso, decretar a prisão preventiva. Quando incidentais no processo, as medidas cautelares perdurarão em princípio até a pronúncia ou a

sentença penal condenatória. Quando incidentais no inquérito policial não se pode afirmar que as medidas cautelares persistirão enquanto transcorrer a investigação criminal, sob pena de perdurarem indefinidamente (LOPES JÚNIOR, 2011).

Conforme Emenda Constitucional de nº 45, de 08 de dezembro de 2004, que impôs a duração razoável do processo no âmbito não só judicial, mas também administrativo, se faz necessária a delimitação das medidas cautelares quando decretadas incidentalmente ao inquérito policial.

Para Santos (2011), a duração deveria gravitar por no máximo entre 30 e 60 dias.

3.5 Medidas cautelares alternativas em espécie

As medidas cautelares em espécies estão previstas nos arts. 319 e 320 do CPP. São elas:

Art. 319. São medidas cautelares diversas da prisão:

- I - comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades;
- II - proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações;
- III - proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante;
- IV - proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução;
- V - recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos;
- VI - suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais;
- VII - internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável (art. 26 do Código Penal) e houver risco de reiteração;
- VIII - fiança, nas infrações que a admitem, para assegurar o comparecimento a atos do processo, evitar a obstrução do seu andamento ou em caso de resistência injustificada à ordem judicial;
- IX - monitoração eletrônica.

[...]

§ 4º “A fiança será aplicada de acordo com as disposições do Capítulo VI deste Título, podendo ser cumulada com outras medidas cautelares.” (NR)

Art. 320. A proibição de ausentar-se do País será comunicada pelo juiz às autoridades encarregadas de fiscalizar as saídas do território nacional, intimando-se o indiciado ou acusado para entregar o passaporte, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas (NR).

Ainda, é possível fazer a divisão das medidas em três patamares de constrição pessoal do acusado, conforme orientado por Santos (2011):

a) Medidas cautelares de intensidade leve

Corresponderiam ao comparecimento periódico em juízo, proibição de acesso ou frequência a determinados lugares e proibição de contato e distanciamento mínimo. A sua imposição não traria atropelos ao imputado no seu dia a dia e se detectado o *periculum in libertatis* pelo juiz, seriam as primeiras alternativas cautelares à sua disposição, antes de qualquer outra preferencialmente (SANTOS, 2011, p. 269).

b) Medidas cautelares de natureza moderada

Medidas cautelares de natureza moderada remeteriam à proibição de ausentar-se da Comarca e a retenção cautelar do passaporte, porquanto o imputado fica claramente limitado no seu direito de locomoção e, pior, na condução da própria vida. A fiança se insere nesta categoria, pois impõe ônus similares às tutelas cautelares dos incisos I e IV do art. 319 do CPP, além do dispêndio financeiro. A imposição destas tutelas pelo magistrado ocorreria, em regra, num segundo momento, depois de verificada a insuficiência das primeiras (SANTOS, 2011, p. 269).

c) Medidas cautelares de repercussão gravíssima

As medidas cautelares de repercussão gravíssima reportar-se-iam à suspensão do exercício da função pública ou de atividade econômica ou financeira, porquanto ao fulminar diretamente a fonte de subsistência do imputado, transcende a sua pessoa, atingindo diretamente sua família; ao recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga, eis que sujeita o denunciado a condições próprias do regime aberto, traduzindo privação de liberdade; à internação provisória, pois equivale à prisão provisória, privando-lhe da liberdade integralmente, apenas mudando o local da custódia e que ao depender do caso pode ser uma alternativa até pior; e à monitoração eletrônica, absolutamente invasiva da intimidade da vida privada ale de estigmatizá-lo pois tais dispositivos mostram-se sensíveis a qualquer detector de metal, facilitando a identificação social do imputado como réu criminal (SANTOS, 2011, p. 269).

As decretações dessas medidas estão próximas à prisão preventiva tanto que incidem primordialmente sobre as imputações delitivas com pena máxima superior a quatro anos, depois de fracassadas todas as demais. A prisão preventiva importa descartar a decretação de qualquer outra medida alternativa, eis que supõe a insuficiência destas (SANTOS, 2011).

Passa-se à análise de cada uma das medidas alternativas à prisão, buscando elucidar melhor o assunto:

Comparecimento Periódico em Juízo:

A medida alternativa de comparecimento periódico em juízo está prevista no art. 319, I do CPP, determinando que o acusado deva comparecer periodicamente em juízo, em prazo e em condições fixadas pelo juiz, para informar suas atividades. Conforme Santos (2011), essa medida não deve ser utilizada para obrigar o acusado a comparecer a todos os atos do processo, eis que se trata de direito do réu, e não um dever. Deve ser utilizada quando existir o risco concreto de fuga do acusado, o que pode dificultar futuramente a aplicação da lei penal. Ainda, o julgador deverá considerar as peculiaridades do caso concreto atentando à vida profissional do acusado, adequando os intervalos de comparecimento em juízo a essa condição (SANTOS, 2011).

Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares:

Nos termos do art. 319, II do CPP, o juiz poderá decretar a proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações. O respaldo dessa medida cautelar é o resguardo da ordem pública. Sua decretação vislumbra o local de cometimento do delito como essencial para seu cometimento, e a proibição de acesso ou frequência a esse ambiente minimiza a possibilidade de cometimento de nova infração penal. Ainda, é necessário observar a gravidade em concreto do delito, com todas suas circunstâncias e desdobramentos, avaliando assim a real necessidade da medida (SANTOS, 2011).

Proibição de manter contato com determinada pessoa:

Prevista no art. 319, III do CPP, a medida cautelar de proibição de manter contato com determinada pessoa quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou o acusado dela permanecer distante. A medida expressa dois comandos: a proibição de contato e a conservação de distância mínima. Vislumbra-se, com essa medida, garantir a eficácia da investigação caso ainda esteja na fase do inquérito e da instrução criminal, coibindo o contato do acusado com testemunhas ou com a vítima.

Somente deve ser imposta se baseada em fundamentos concretos que indiquem o *periculum libertatis* ou mediante notícias de que o réu tenha assediado a vítima ou testemunhas. Seguindo entendimento dos Tribunais Superiores, não é permitida sua decretação com base em especulações vazias (SANTOS, 2011).

Proibição de ausentar-se da comarca:

Conforme versa o art. 319, IV do CPP, a medida cautelar de proibição de ausentar-se da comarca persiste quando a permanência do acusado na localidade seja necessária para a investigação ou instrução criminal.

Santos (2011) destaca que essa medida não pode ser justificada para preservar a persecução penal eis que o acusado não é obrigado a produzir provas contra si mesmo, podendo recusar-se à colaborar com a persecução penal, inclusive manter-se em silêncio, conforme previsão no art. 5º, LXIII da CF/1988. A utilidade dessa medida seria neutralizar os riscos de fuga e resguardar a aplicação da lei penal, não sendo permitido aos juízes, conforme linha da jurisprudência dos Tribunais Superiores, especular a evasão. O juiz pode flexibilizar essa vedação, adaptando-a ao caso concreto, e decretar a medida com aumento na circunscrição para seu cumprimento, ampliando para a região onde a cidade fica localizada, eis que, por muitas vezes, o acusado reside em uma cidade, porém labora em cidade diversa. Nesse mesmo sentido, o julgador deve atentar-se aos casos em que são constantes a ausência do acusado em virtude do trabalho. Nesses casos, a medida cautelar mais apropriada seria a de comparecimento periódico em juízo.

Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga:

Prevista no art. 319, V do CPP, a medida de recolhimento noturno e nos dias de folga pode ser imposta quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos. Essa medida alternativa submete o acusado a condições próprias do regime aberto, exigindo inclusive comprovação de residência e trabalho fixos.

Santos (2011) destaca que essa medida alternativa não deixa de configurar uma prisão cautelar, devendo sua imposição perpassar pelos critérios insertos no art. 282 do CPP e também pelos requisitos do art. 312 do CPP. Assim, a medida

somente deve ser aplicada quando insuficientes todas as demais medidas cautelares.

Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira:

Previsto no art. 319, VI do CPP, essa medida prevê a determinação pelo juiz da suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver o receio de prática de infrações penais. Essa medida já foi prevista na Lei 11.343/06, dando ao juiz o poder de afastar o acusado de suas atividades caso seja funcionário público, ao receber a denúncia. A alteração trazida pela Lei 12.403/2011 é de que a medida pode ser aplicada já na fase inquisitorial, aquela antecedente à ação penal. A medida vem a possuir semelhanças com as medidas de proibição de acesso ou frequência a determinados lugares e vincula-se ao fundamento da ordem pública. Seu principal objetivo é evitar o cometimento de novas infrações, inclusive de ordem econômica. Um exemplo que facilita a elucidação da medida seriam os crimes de responsabilidade de funcionários públicos em face da Administração Pública. Ademais, a suspensão pode ser decretada para garantia da investigação ou instrução criminal. Esta medida não deve ser aplicada de forma banalizada, de modo que o julgador, além de analisar o art. 319, VI, deve atentar ao art. 282, I, primeira e segunda parte e observar que essa tutela atinge diretamente a fonte de subsistência do acusado, bem como indiretamente todo o seio familiar (SANTOS, 2011).

Internação provisória do acusado:

A medida de internação provisória do acusado está prevista no art. 319, VII do CPP e dispõe que o juiz poderá determinar a internação provisória do acusado em hospital com tratamento psiquiátrico, nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável e houver risco de reiteração. Conforme previsão no art. 26 do CP, a pessoa inimputável ou semi-imputável é aquela que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. A medida de internação provisória possui características semelhantes ao regime fechado e caracteriza medida de segurança

privativa de liberdade, por esse motivo deve ser decretada somente quando nenhuma outra medida cautelar se mostrar suficiente (SANTOS, 2011).

Monitoramento eletrônico:

O monitoramento eletrônico está previsto no art. 319, IX do CPP e sua decretação pelo julgador fundamenta-se na garantia da aplicação da lei penal, evitando qualquer tentativa de fuga do acusado. Assim, a medida deverá ser aplicada quando houver justo receio de fuga do acusado. Ao analisar o caso concreto e o *periculum libertatis*, o juiz poderá decidir se aplica a medida de forma cumulada com outras medidas cautelares alternativas. O monitoramento é feito por meio de tornozeleiras finas, dispositivos discretos, que não venham a expor de forma vexatória o acusado, assim o uso da medida cautelar de monitoramento deve ser excepcional. O monitoramento pode ser imposto em conjunto com outras medidas alternativas, porém deve ser ordenado somente quando efetivamente descumpridas outras medidas cautelares alternativas, conforme dispõe o art. 282, § 4º do CPP (SANTOS, 2011).

Fiança:

A fiança está prevista no art. 319, VIII do CPP. Antes da Lei 12.403/2011, era vista como uma contracautela de cunho patrimonial, prestada pelo acusado em face do Estado atrelada à liberdade provisória. Com a entrada em vigor da nova Lei em 2011, a fiança foi alçada como medida cautelar a fim de assegurar que o acusado compareça a todos os atos do processo e para evitar a obstrução de seu andamento, caso haja resistência justificada a ordem judicial (SANTOS, 2011).

Lopes Júnior (2013) elenca as dimensões de atuação da fiança: uma aplicada no momento da concessão da liberdade provisória, previsão constante no art. 310 do CPP; e outra como medida cautelar diversa, previsão do art. 319 do CPP. No primeiro caso, o juiz, ao receber o auto de prisão em flagrante, poderá após sua homologação decretar a prisão preventiva ou conceder a liberdade provisória com ou sem fiança. Nos casos de prisão em flagrante de crimes inafiançáveis, não existindo o *periculum libertatis*, o juiz poderá decretar a liberdade provisória, porém com a aplicação de medidas cautelares alternativas. A fiança poderá ser exigida

inclusive na promulgação da sentença condenatória, garantindo ao réu recorrer em liberdade e diminuir seu risco de fuga.

Poderá ser arbitrada a fiança nos crimes afiançáveis, conforme previsão no art. 323 do CPP que elucida sua possibilidade em casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos.

Da mesma forma não poderá ser arbitrada a fiança nos crimes inafiançáveis, previstos nos arts. 323 e 324 do CPP:

Art. 323. Não será concedida fiança:

- I - nos crimes de racismo;
- II - nos crimes de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo e nos definidos como crimes hediondos;
- III - nos crimes cometidos por grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;
- IV - (Revogado)
- V - (Revogado)

Art. 324. Não será, igualmente, concedida fiança:

- I - aos que, no mesmo processo, tiverem quebrado fiança anteriormente concedida ou infringido, sem motivo justo, qualquer das obrigações a que se referem os arts. 327 e 328 deste Código;
- II - em caso de prisão civil ou militar
- III - (Revogado)
- IV - quando presentes os motivos que autorizam a decretação da prisão preventiva (art. 312) (BRASIL, 1941, texto digital).

Retenção cautelar de passaporte:

Por fim, o art. 320 do CPP prevê a proibição de o acusado ausentar-se do país, mediante a comunicação do juiz às autoridades encarregadas de fiscalizar as saídas do território nacional, devendo o acusado entregar o passaporte no prazo de 24 horas.

Essa medida não se confunde com a medida de proibição de ausentar-se da Comarca, visto que proíbe somente a circulação do acusado no exterior, estando ele livre para deslocar-se pelo interior do país. Seu objetivo é impedir que o acusado tente a fuga do país, frustrando, assim, a fiel aplicação da lei penal. Desse modo, deve o juiz demonstrar o *periculum libertatis* na sua decisão. O dispositivo permite ao juiz ordenar ao acusado seu impedimento de sair do país e oficiar as autoridades, mesmo que não ocorra a entrega do passaporte na Polícia Federal, visto que entre os países integrantes do MERCOSUL - Mercado Comum do Sul há a dispensa de apresentação do passaporte (SANTOS, 2011).

3.6 Considerações sobre as alterações trazidas pela Lei 12.403/2011 e a liberdade provisória

O instituto da liberdade provisória está previsto no art. 5º, LXVI da CF/1988, dispondo que ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança. Antes do advento da Lei 12.403/2011, a liberdade provisória funcionava apenas como medida de contracautela que substituíria a prisão em flagrante. Primeiramente, o juiz verificava ou não a existência de vícios relativos ao flagrante e homologando o flagrante, caso entendesse não ser necessária a conversão da prisão para preventiva, analisava a possibilidade de liberdade provisória, com ou sem arbitramento de fiança. Com o advento da nova lei, a liberdade provisória passou também a funcionar como medida cautelar autônoma, podendo conjuntamente ser imposta uma ou mais medidas cautelares alternativas. Neste caso, descumprida qualquer das medidas impostas, a liberdade provisória poderá ser convertida em prisão preventiva. Ainda, a liberdade provisória, pode ser concedida pela autoridade policial nos crimes afiançáveis e de menor potencial ofensivo e também pela autoridade judicial. Este instituto visa resguardar as garantias constitucionais do acusado e evitar uma prisão antes do trânsito em julgado da sentença (LIMA, 2012).

A Lei 12.403/2011, ao renovar artigos do CPP, veio a revitalizar o instituto da fiança bem como elencou uma série de medidas alternativas à prisão, extinguindo as duas únicas alternativas que existiam: prisão ou liberdade (Lopes Júnior, 2011). Criaram-se, assim, alternativas à decretação da prisão, impondo ao julgador quando presentes o *fumus comissi delicti* e o *periculum libertatis*, a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares alternativas à prisão, sendo estas restrições menos onerosas e prejudiciais ao acusado (LOPES JÚNIOR, 2011).

Elencadas as espécies de medidas cautelares previstas no ordenamento processual penal brasileiro, realiza-se, no próximo capítulo, a análise dos resultados obtidos através de estudo de caso na 1ª Vara Criminal da Comarca de Lajeado/RS.

4 AS MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS À PRISÃO E A APLICAÇÃO NA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LAJEADO/RS

A prisão, tema que gera grande repercussão na sociedade atual, por muitas vezes é vista como uma solução aos crimes e à violência, porém, na visão dos encarcerados, o assunto adquire outra dimensão, criando na maioria das vezes uma porta para crimes mais graves, ou transformando em caráter definitivo, o perfil do réu que antes não possuía uma vida pregressa negativa.

Uma vez que a Lei 12.403/2011 passou a vigorar no dia 04 de julho de 2011 e, passados quase 4 anos de sua vigência, conveniente averiguar sua aplicação. Medidas mais brandas e menos gravosas passaram a ser decretadas, beneficiando a população carcerária brasileira e evitando transtornos ainda maiores, que seriam causados com a privação de liberdade. Atualmente, o juiz, ao receber a representação da autoridade policial, deverá encaminhá-la ao Ministério Público, e após seu pronunciamento poderá: relaxar a prisão, se ilegal; homologar a prisão em flagrante e convertê-la em preventiva; conceder a liberdade provisória com ou sem fiança; ou ainda decretar medidas cautelares alternativas à prisão.

Assim, neste capítulo, será verificada a partir de estudo de caso, a aplicação da Lei 12.403/2011 nas ações penais iniciadas nos anos de 2013 e 2014 ativas ainda na 1ª Vara Criminal da Comarca de Lajeado/RS. Verificar-se-á a aplicação das medidas cautelares alternativas à prisão, a decretação de prisões preventivas, os requisitos que fundamentaram tais decisões, bem como será realizado um levantamento do perfil dos réus que integram as respectivas lides penais.

4.1 Pesquisa, análise e resultados

O tipo de pesquisa quanto ao modo de abordagem a partir do estudo de caso é quali-quantitativa, sendo a primeira aquela que, segundo Gonçalves; Meirelles (apud Chemin, 2015, p. 56) “trata da investigação de valores, atitudes, percepções e motivações do público pesquisado, com o objetivo principal de compreendê-los em profundidade; não tem preocupação estatística”.

A pesquisa qualitativa neste trabalho foi abordada nos capítulos anteriores a partir de análise documental, com livros de doutrina jurídica e a legislação brasileira.

Já a pesquisa quantitativa, segundo Leopardi, 2002; Mezzaroba; Monteiro, 2006 (apud Chemin, 2015, p. 57) “representa aquilo que pode ser medido, mensurado, contado; exige descrição rigorosa das informações obtidas”. Esta é adequada quando se deseja conhecer a dimensão do objeto de estudo, sendo utilizada principalmente em estudos experimentais e pesquisas de campo.

Neste capítulo o tipo de pesquisa utilizado foi a quantitativa, a partir da análise de processos ativos dos anos de 2013 e 2014 na 1ª Vara Criminal da Comarca de Lajeado, onde atualmente tramitam 2323 (dois mil trezentos e vinte e três) processos, nestes incluídos os processos de competência do Juízo Especial Criminal, e os últimos não foram objetos deste estudo. Neste universo, entraram na 1ª Vara Criminal no ano de 2013, 407 (quatrocentos e sete) processos e em 2014, o total de 353 (trezentos e cinquenta e três) processos somente de competência da Vara Criminal. A partir de relatórios gerados pelo sistema Themis, em torno de 122 (cento e vinte e dois) processos poderiam ser analisados, porém 32 (trinta e dois) destes não o foram em virtude de remessa ao Tribunal de Justiça, 2 (dois) configuravam segredo de justiça, o que os tornou inacessíveis, para a coleta de informações, 33 (trinta e três) não se encaixavam nos anos objeto deste estudo ou estavam indisponíveis por outros motivos, somando enfim o montante de 53 (cinquenta e três) processos analisados de forma física, a partir do preenchimento do formulário pela investigadora (Apêndice A) para cada processo.

Assim, a reunião das pesquisas qualitativa com quantitativa auxiliou a ter uma melhor visão do que se desejou para o trabalho, combinando dados qualitativos e quantitativos, como bem ilustram Polit, Beck e Hungler (apud Chemin, 2015, p. 57):

Inclusão de dados quantitativos a um estudo de caso: o estudo de caso se propõe a investigar e a aprofundar um fenômeno/problema contemporâneo dentro do seu contexto, por meio de várias fontes de evidência: entrevistas, documentos, arquivos, observação etc. e é típico de pesquisa qualitativa, mas pode também ser contemplado com dados quantitativos, dependendo da forma estatística de apresentação e análise dos seus resultados (POLIT, BECK e HUNGLER apud CHEMIN, 2015, p. 57).

Portanto, optou-se pela junção da pesquisa *quali* e da *quanti*, com predominância da primeira em relação ao todo, para se ter uma maior amplitude com relação aos dados levantados.

Quanto à caracterização da pesquisa, enquadrou-se no perfil de pesquisa descritiva, visto que o objetivo é descrever características ou estabelecer relações. Ainda, conforme Chemin (2015, p. 58) “ela geralmente assume a forma de levantamento de dados ou ainda a forma de pesquisa bibliográfica e documental”.

O método principal utilizado para o desenvolvimento do trabalho monográfico tem-se o dedutivo, o qual, de acordo com Mezzaroba e Monteiro (apud Chemin, 2015), parte de argumentos gerais para chegar à dedução particular, o que torna as conclusões do estudo válidas somente para aquele caso, sem generalização de seus resultados. Desta forma, por meio do método dedutivo, a análise partirá do geral (doutrina e legislação), com o estudo abrangente das medidas alternativas à prisão cautelar, para o particular (levantamento de dados), servindo para verificar a aplicação da Lei 12.403/2011 na 1ª Vara Criminal da Comarca de Lajeado/RS, nos anos de 2013 e 2014.

Os instrumentais técnicos equivalem ao uso de material bibliográfico, documental e levantamento de dados. A técnica bibliográfica utilizou livros de doutrina, artigos de textos digitais e de sites especializados. A técnica documental utilizou as normas legais relacionadas ao trabalho monográfico, principalmente a Lei 12.403/2011, Decreto-Lei 3.689/41, CF/1988, e decisões jurisprudenciais. Já o levantamento de dados foi feito a partir de estudo de caso com ações penais do ano de 2013 e 2014 de competência da 1ª Vara Criminal da Comarca de Lajeado/RS, para quantificar as medidas alternativas impostas e prisões cautelares decretadas neste período com a respectiva fundamentação.

A coleta de informações para o estudo de caso ocorreu por meio de preenchimento, pela investigadora, de um formulário (Apêndice A) para cada

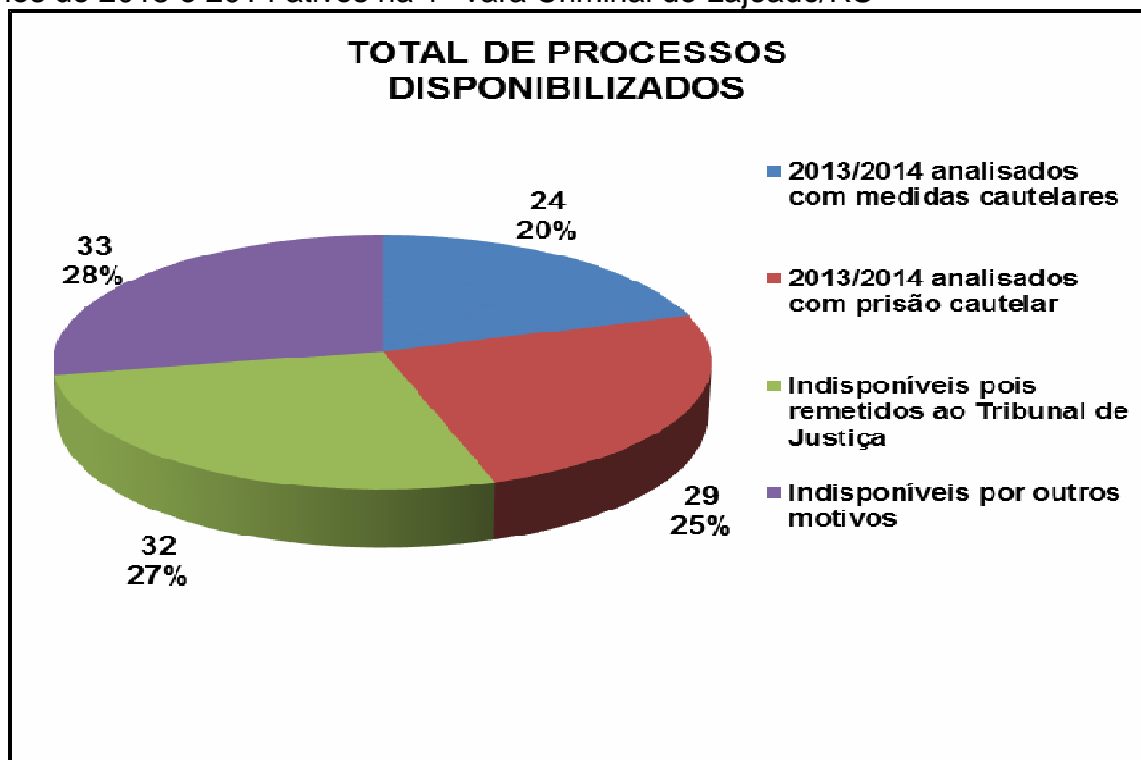
processo. Conforme ilustra Yin (apud Chemin, 2015), o estudo de caso visa envolver como e por que as coisas acontecem, focalizando temas contemporâneos, observações e outras estratégias para coleta de dados. Ainda, o estudo de caso visa não generalizar seus resultados, gerando conclusões que valem para objetos específicos.

Dentre os quesitos analisados pela investigadora elencam-se: a quantificação de processos analisados; a tipificação dos crimes; sexo, idade, escolaridade, profissão, estado civil e etnia dos réus; o número de prisões cautelares decretadas; o número de medidas cautelares diversas da prisão aplicadas; os fundamentos que embasaram a prisão preventiva, relacionando, por fim, as medidas alternativas aplicadas nos anos de 2013 e 2014, na 1ª Vara Criminal da Comarca de Lajeado/RS.

4.2 Análise dos resultados do estudo de caso realizado na 1ª Vara Criminal da Comarca de Lajeado/RS

O gráfico nº 1 representa o número de processos com medidas cautelares tramitando na 1ª Vara Criminal da Comarca de Lajeado/RS. Integram essa Comarca, conforme consulta ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, os municípios de Lajeado, Canudos do Vale, Cruzeiro do Sul, Forquetinha, Marques de Souza, Progresso, Santa Clara do Sul e Sério.

Gráfico 1 - Total de processos analisados com medidas cautelares iniciados nos anos de 2013 e 2014 ativos na 1ª Vara Criminal de Lajeado/RS



Fonte: Elaborado pela autora, com base em pesquisa realizada no Fórum da cidade de Lajeado/RS.

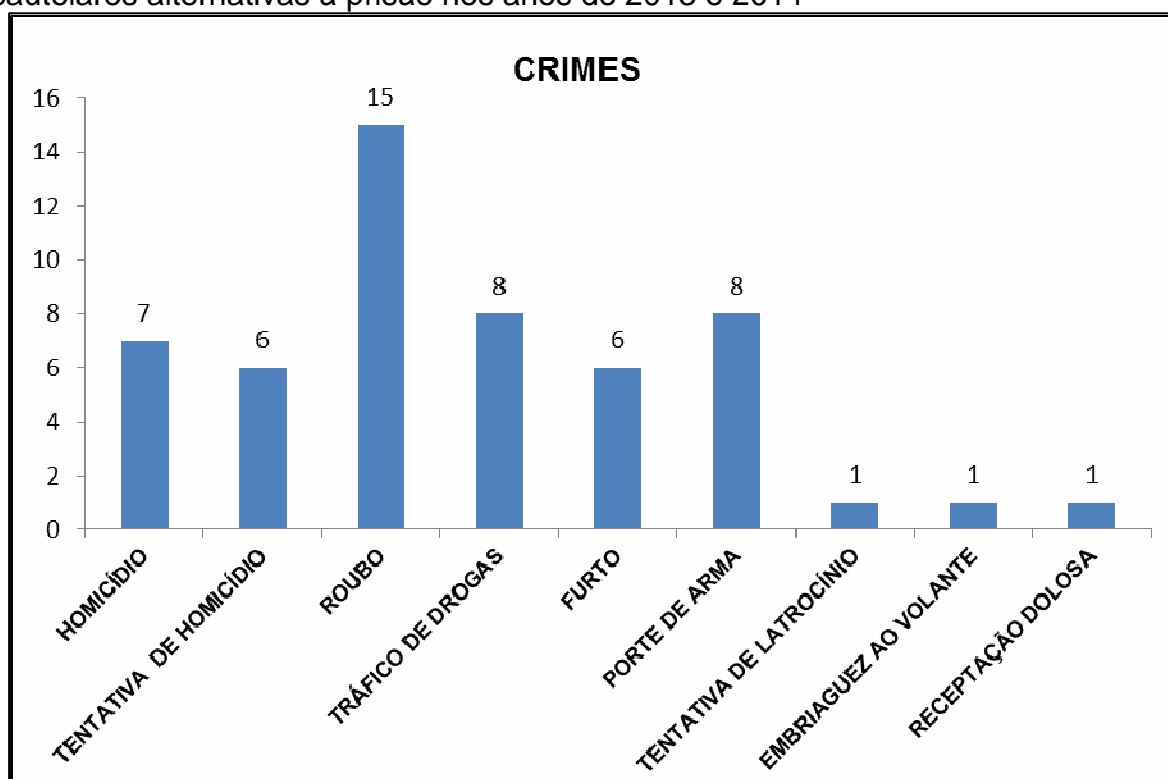
A listagem dos processos que se enquadram na pesquisa foi extraída do Sistema Themis, atual sistema utilizado pelo Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul. A partir dos relatórios, primou-se por separar as ações penais objetos de estudo, chegando ao número total de 53 (cinquenta e três) processos ativos disponíveis para consulta de forma física.

A partir do gráfico, percebe-se que 45% (quarenta e cinco por cento) das ações penais ativas que continham prisão cautelar ou medida cautelar alternativa foram analisadas. Do número restante, 27% (vinte e sete por cento) das ações foram remetidas ao Tribunal de Justiça, já em sede de recurso por ocorrência da promulgação de sentença, enquanto que 28% (vinte e oito por cento) das ações ativas não puderam ser analisadas por motivos alheios a vontade da autora, sendo estas: 1 (uma) ação penal do ano de 2005, excluída dos anos base da pesquisa; 2 (duas) ações penais do ano de 2008; 1 (uma) ação penal do ano de 2009; 3 (três) ações penais do ano de 2011; 6 (seis) ações penais do ano de 2012; 11 (onze) ações penais do ano de 2015; 2 (duas) ações penais estavam em carga com a Defensoria Pública; 5 (cinco) ações penais com medidas cautelares eram provenientes da Lei 11.340/2006; e, por fim, 2 (duas) ações penais configuravam

Segredo de Justiça. Neste estudo, primou-se pelos processos que puderam ser analisados fisicamente e que continham como base os anos de 2013 e 2014, motivo esse que exclui da análise as ações penais antes mencionadas.

Neste universo de 53 (cinquenta e três) processos analisados, 4 (quatro) deles repetem-se na contagem da aplicação de medidas cautelares alternativas e de prisões cautelares, eis que no mesmo processo foram adotadas medidas diversas para diferentes réus. Dessa forma, 38 (trinta e oito) processos possuem somente um réu, enquanto que, 14 (quatorze) processos contam com dois réus ou mais.

Gráfico 2 - Crimes que resultaram em prisão cautelar ou aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão nos anos de 2013 e 2014

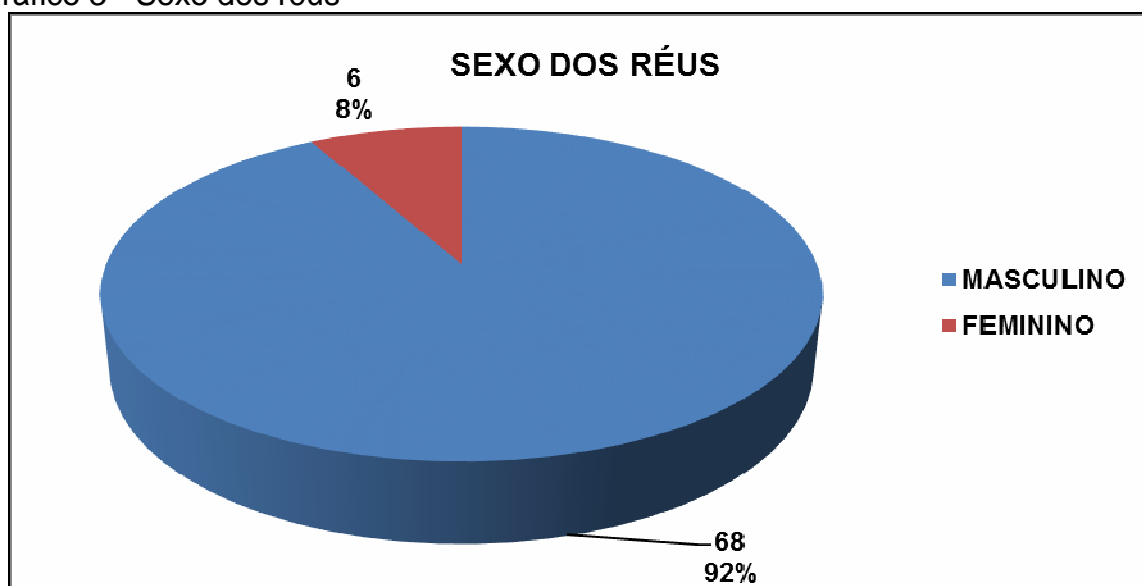


Fonte: Elaborado pela autora, com base em pesquisa realizada no Fórum da cidade de Lajeado/RS.

Conforme resultado obtido no Gráfico 2, torna-se possível perceber o significativo índice de crimes de roubo, totalizando 15 (quinze) ações penais ativas em virtude de seu cometimento, seguido de porte de arma e tráfico de drogas, com 8 (oito) processos ativos para cada tipo penal, sem deixar de observar os crimes de homicídio, nas formas tentada e consumada, chegando a um total de 13 (treze) ações pelo mesmo tipo penal.

É notória a preocupação dos órgãos da segurança pública do Estado gaúcho com a região do Vale do Taquari em virtude do índice de homicídios na cidade de Lajeado e redondezas nos últimos anos. Em 8 (oito) decisões judiciais, foi possível verificar a preocupação da Polícia, Ministério Público e do Julgador com a alta taxa de homicídios na cidade no ano de 2014, visto que estes índices foram citados nas decisões analisadas pela pesquisadora como um dos motivos para o decreto da prisão preventiva.

Gráfico 3 - Sexo dos réus

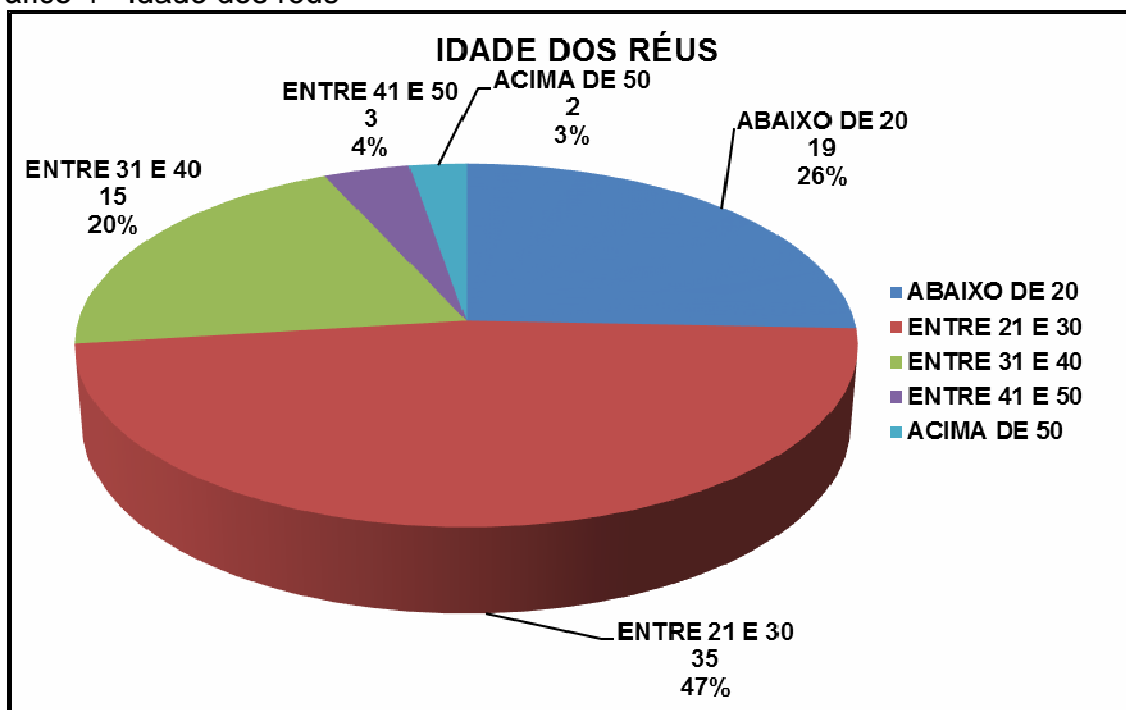


Fonte: Elaborado pela autora, com base em pesquisa realizada no Fórum da cidade de Lajeado/RS.

Importante destacar o sexo dos réus envolvidos em processos do âmbito criminal nos anos de 2013 e 2014. O número de mulheres representa 8% (oito por cento), ou seja, 6 (seis) são mulheres, enquanto que 92% (noventa e dois por cento), ou 68 (sessenta e oito), são homens. Em somente uma ação penal, 1 (um) indivíduo do sexo feminino agiu sozinho, respondendo o processo penal por porte de arma. Nos demais processos, as rés agiram de forma coletiva, em concurso com outros homens.

As mulheres observadas neste estudo praticaram os seguintes crimes: homicídio qualificado, porte de arma, tráfico de drogas e roubo de carga de cigarros.

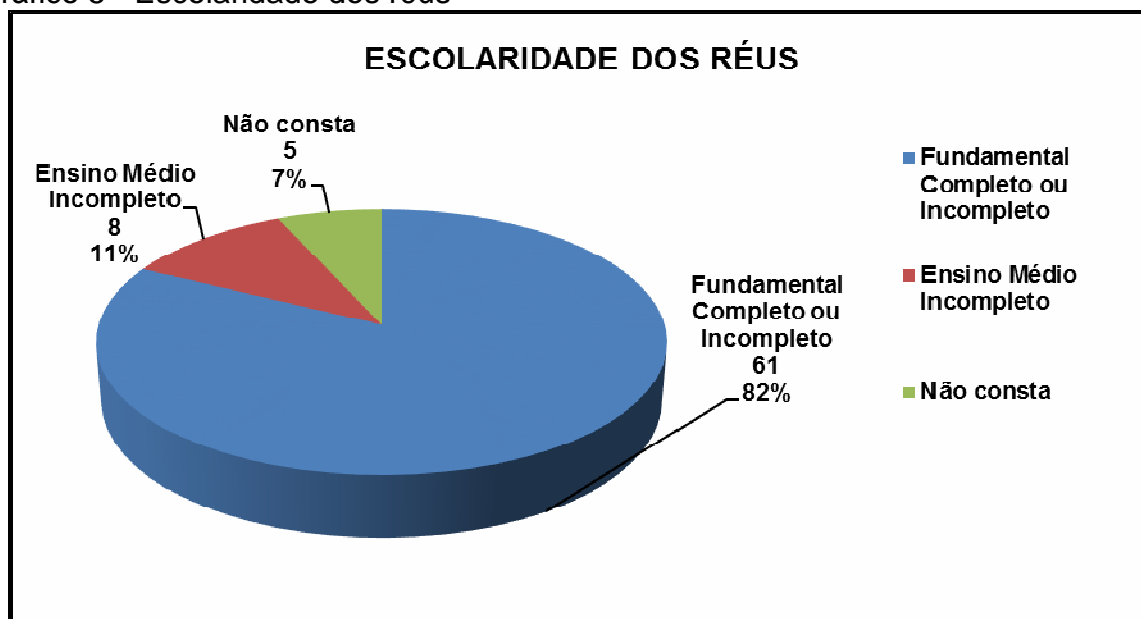
Gráfico 4 - Idade dos réus



Fonte: Elaborado pela autora, com base em pesquisa realizada no Fórum da cidade de Lajeado/RS.

Vislumbra-se que os processos analisados somam o montante de 74 (setenta e quatro) réus, dentre os quais destaca-se o elevado número de jovens que já pertencem ao mundo do crime. Conforme ilustra o gráfico da pesquisa, ocupam a primeira posição, com 47% (quarenta e sete por cento), 35 (trinta e cinco) réus com idade entre 21 e 30 anos. Esse número é sucedido por 26% (vinte e seis por cento), representando 19 (dezenove) réus com idade abaixo de 20 anos. Entre a faixa etária de 31 e 40 anos, o índice ainda demonstra ser significativo, somando o montante de 20% (vinte por cento), ou seja, 15 (quinze) dos réus referidos nos processos. Nas faixas etárias entre 41 e 50 anos e acima de 50, o índice tem uma queda, caracterizando 4% (quatro por cento) 3 (três) e 3% (três por cento), 2 (dois), dos réus analisados processualmente, respectivamente.

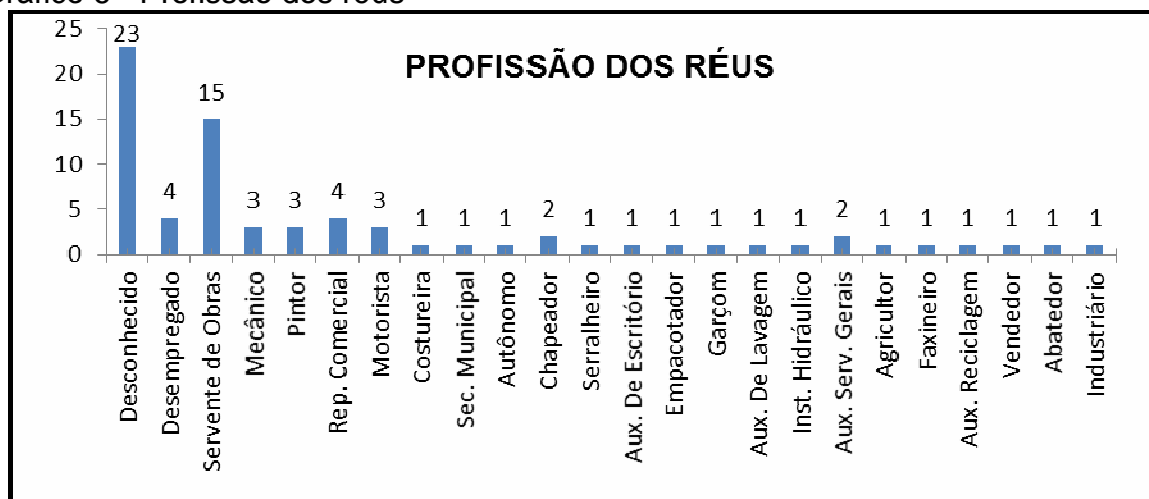
Gráfico 5 - Escolaridade dos réus



Fonte: Elaborado pela autora, com base em pesquisa realizada no Fórum da cidade de Lajeado/RS.

Dos 52 (cinquenta e dois) processos analisados, considerando 74 (setenta e quatro) réus, 82% (oitenta e dois por cento) ou 61 (sessenta e um) frequentaram tão somente o Ensino Básico ou Fundamental, sendo que alguns, inclusive, não completaram esse nível de escolaridade. Somente 11% (onze por cento), ou 8 (oito) réus, chegaram a ingressar no Ensino Médio, e 7% (sete por cento), ou 5 (cinco), não souberam informar a escolaridade nos autos.

Gráfico 6 - Profissão dos réus



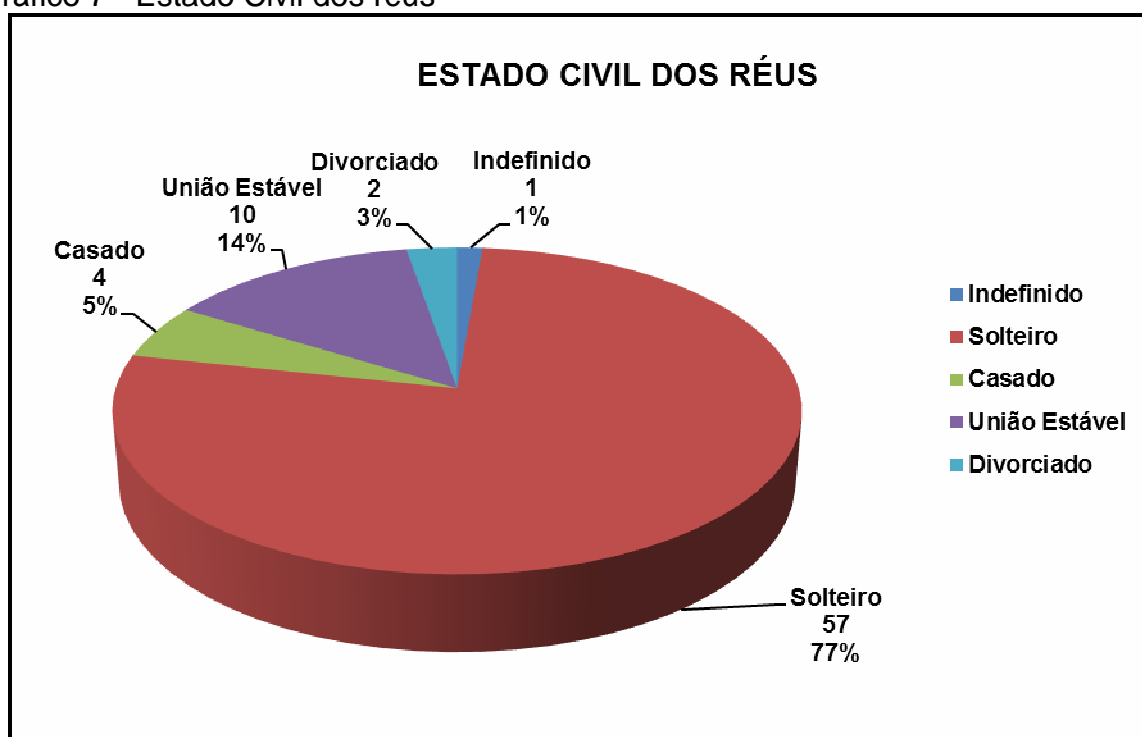
Fonte: Elaborado pela autora, com base em pesquisa realizada no Fórum da cidade de Lajeado/RS.

No gráfico apresentado, destaca-se o grande número de réus que possuíam atividade laboral. A partir desse resultado, é possível perceber a ligação direta que a educação possui com a vida adulta do ser humano. A partir do estudo de caso, em

observação aos depoimentos em juízo, a grande maioria dos réus menciona ter abandonado a escola com a intensão de laborar.

O índice de desempregados é relativamente baixo, configurando 4 (quatro) desempregados de um total de 74 (setenta e quatro) réus. Do montante, 23 (vinte e três) réus não indicaram local de trabalho, emprego ou profissão, restando desconhecida sua situação. Os demais possuem ou já possuíram alguma fonte de renda através do emprego, sendo estes 47 (quarenta e sete) réus, representando 44% (quarenta e quatro por cento) dos réus dos processos analisados.

Gráfico 7 - Estado Civil dos réus

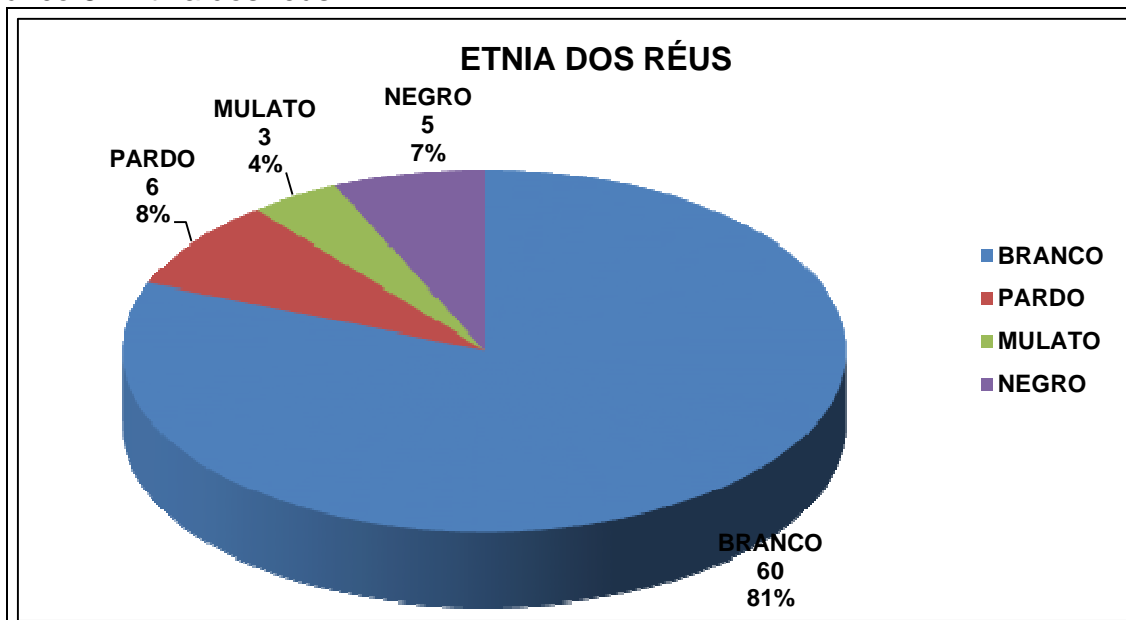


Fonte: Elaborado pela autora, com base em pesquisa realizada no Fórum da cidade de Lajeado/RS.

A partir do levantamento de dados, chegou-se a caracterização do estado civil dos réus nos processos analisados. O estado civil pode demonstrar a importância do indivíduo dentro do seio familiar. Sabe-se que a família é a base afetiva e educacional, sendo a última complementada na escola. Dos 74 (setenta e quatro) réus, 57 (cinquenta e sete) eram ou são solteiros, representando a maioria de 77% (setenta e sete por cento). Esse dado pode ser resultado, da grande incidência de jovens ingressando na seara dos ilícitos penais, ainda adolescentes, ainda não possuindo vínculo conjugal consolidado. Em baixo número estão os demais réus,

representando 23% (vinte e três por cento) dos observados, onde apenas 4 (quatro) são casados, 10 (dez) mantém união estável.

Gráfico 8 - Etnia dos réus

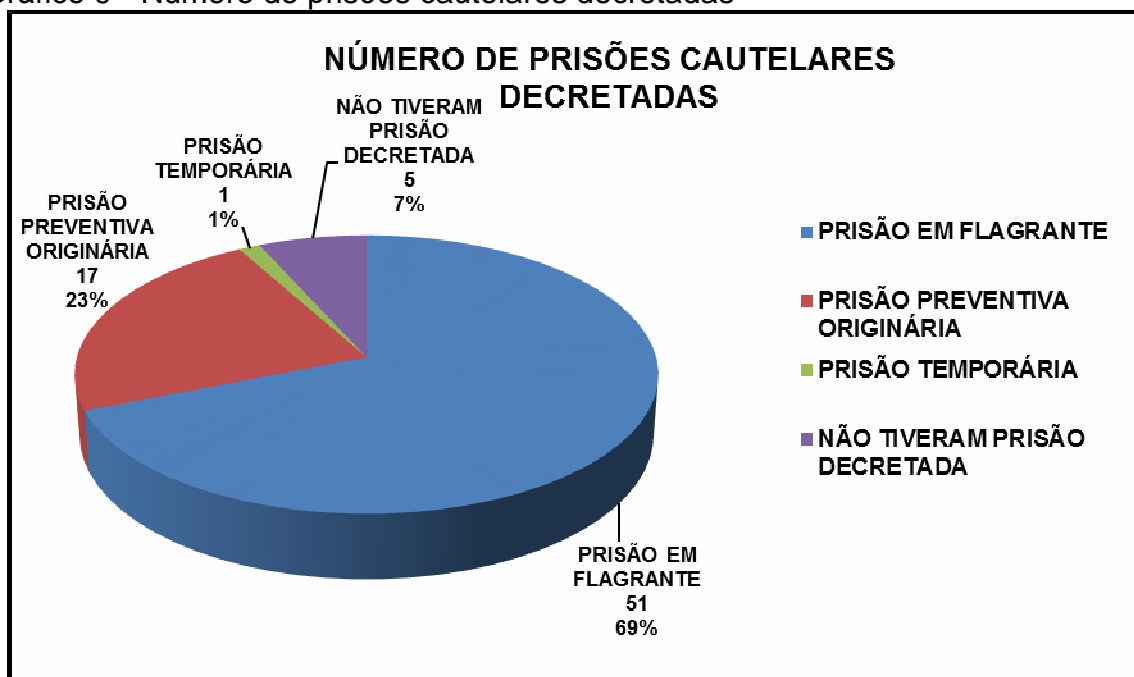


Fonte: Elaborado pela autora, com base em pesquisa realizada no Fórum da cidade de Lajeado/RS.

A etnia branca ocupa o primeiro lugar dentre as demais que foram observadas, considerando que 60 (sessenta) réus eram dessa raça, o que representa 81% (oitenta e um por cento) do montante de 74 (setenta e quatro) réus. Seguem as etnias parda, negra e mulata com, respectivamente, 8% (oito por cento) a primeira; 7% (sete por cento) a segunda; e 4% (quatro por cento) a terceira. A Comarca de Lajeado/RS está inserida no Vale do Taquari, região que foi predominantemente colonizada por portugueses, alemães e italianos (AGUIAR, 2009, texto digital).

Este dado pode explicar o número superior de réus brancos, eis que a população de etnia branca é maior em nossa região, que carrega ainda em número elevado os traços da colonização.

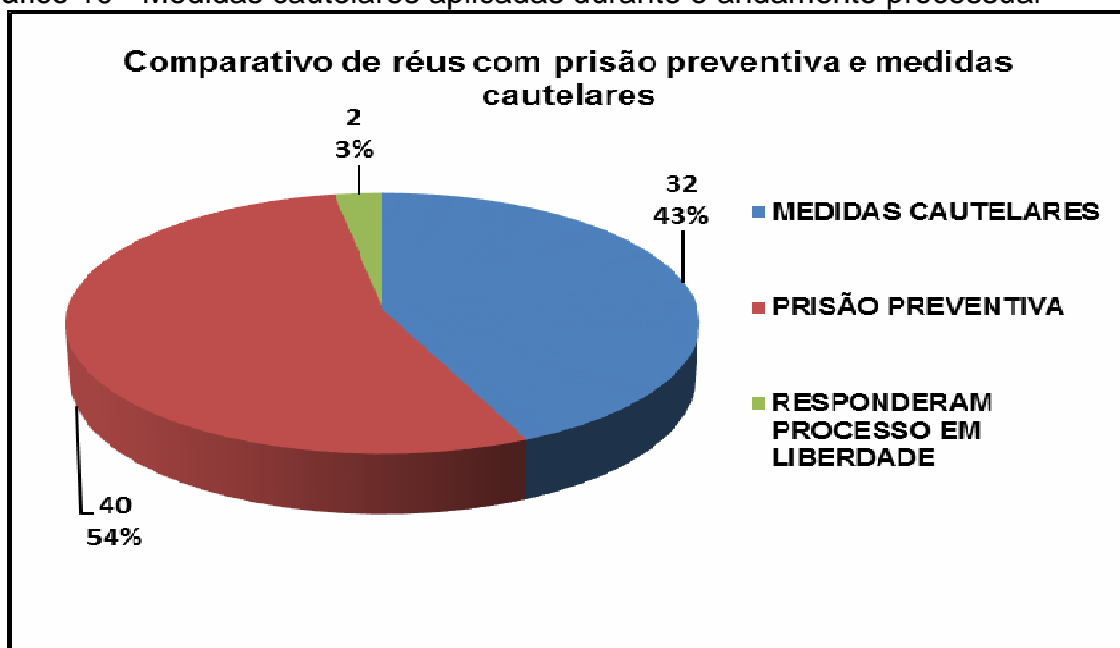
Gráfico 9 - Número de prisões cautelares decretadas



Fonte: Elaborado pela autora, com base em pesquisa realizada no Fórum da cidade de Lajeado/RS.

Em relação ao número de prisões cautelares decretadas, irrefutável o número de prisões em flagrante, representando 51 (cinquenta e um) réus presos em situação de flagrância, o que caracteriza 69% (sessenta e nove por cento) dos réus. De encontro a esse dado, 17 (dezessete) réus, percentual correspondente de 23% (vinte e três por cento), tiveram a prisão preventiva decretada, 1 (um) réu, correspondente a 1% (um por cento), teve a prisão temporária decretada de forma originária, enquanto que 5 (cinco), ou 7% (sete por cento) do total, não tiveram prisão cautelar originária decretada.

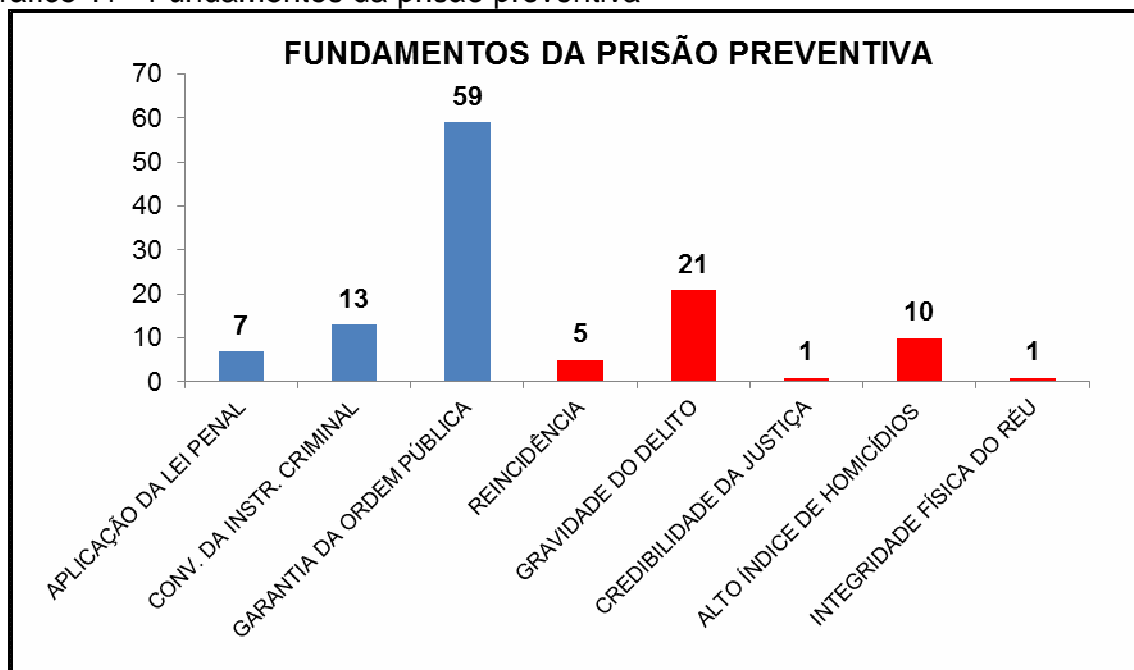
Gráfico 10 - Medidas cautelares aplicadas durante o andamento processual



Fonte: Elaborado pela autora, com base em pesquisa realizada no Fórum da cidade de Lajeado/RS.

Durante o andamento processual, a requerimento do Ministério Público ou Representação da Autoridade Policial, poderá o juiz decretar a prisão preventiva do acusado, impondo-lhe medidas alternativas originárias, bem como converter a prisão cautelar por medidas alternativas substitutivas. O Gráfico 10 apresenta as medidas cautelares decretadas nos 53 (cinquenta e três processos) com os 74 (setenta e quatro) réus que foram analisados pela investigadora. Assim, obteve-se o seguinte resultado: 2 (dois), ou 3% (três por cento), responderam o processo em liberdade após ou não a prisão em flagrante; 32 (trinta e dois), ou 43% (quarenta e três) por cento, tiveram medidas alternativas impostas de forma originária ou substitutiva; e 40 (quarenta), ou 54% (cinquenta e quatro) por cento tiveram sua prisão preventiva decretada sem conversão para medidas alternativas.

Gráfico 11 - Fundamentos da prisão preventiva



Fonte: Elaborado pela autora, com base em pesquisa realizada no Fórum da cidade de Lajeado/RS.

Conforme observado no Gráfico 11, as colunas em azul representam os fundamentos legais, previstos no art. 312 do CPP, sendo eles: aplicação da lei penal, conveniência da instrução criminal e garantia da ordem pública. Considerando que são 74 réus, este número é ultrapassado na análise das decisões visto que, por mais de uma vez, o juiz decreta a prisão preventiva com base em mais de um fundamento. As colunas em vermelho representam, além dos fundamentos legais, fundamentos que colaboraram para sua decretação, encaixando-se todos estes no fundamento legal garantia da ordem pública.

Dessa forma, fica evidenciado o significativo índice de prisões preventivas decretadas com fundamento na garantia da ordem pública, sendo que 59 (cinquenta e nove) réus tiveram sua prisão preventiva decretada em algum momento do processo por decisões fundamentadas na Garantia da Ordem Pública. Este dado representa 79% (setenta e nove por cento) das decisões.

O fundamento da garantia da ordem pública foi especificado segundo capítulo do presente trabalho, onde se esclareceu, segundo Pacelli (2014), que a prisão preventiva para garantia da ordem pública deve somente ocorrer nos casos de crimes gravíssimos, tanto em relação a pena, como em relação aos meios de

execução utilizados, ou ainda quando houver o risco de novas investidas criminosas, ou seja, quando for possível verificar intranquilidade no seio da comunidade.

Conforme já elucidado por Lopes Júnior (2011), a prisão preventiva decretada para garantia da ordem pública não poderia se caracterizar como medida cautelar visto que transforma a medida em atividades de polícia ou medidas de segurança pública.

Para Nucci (2014) o conceito de garantia da ordem pública mostra-se vago e indeterminado servindo atualmente para fazer valer os atos prepotentes daqueles que ainda possuem discursos autoritários legitimando o uso da força para garantir os laços em sociedade.

Destaca-se que como garantia da ordem pública foram decretadas as prisões preventivas oriundas do índice de homicídios ocorridos em Lajeado no ano de 2014, bem como pela intranquilidade social que a insegurança vinha causando na sociedade. É neste ponto que a prisão preventiva perde seu caráter cautelar e passa a exercer função de pena e como medida de segurança pública.

Tabela 1 - Medidas cautelares alternativas em espécie, aplicadas na 1ª Vara Criminal da Comarca de Lajeado/RS

Quantidade de réus	Crime	Nº de dias preso:	Medidas cautelares substitutivas aplicadas:
1	Embriaguez ao volante	1	1 - Comunicação ao juízo do atual endereço ou de local onde possa ser encontrado. 2 - Comparecimento a todos os atos do processo. 3 - Comunicação ao juízo de alteração de endereço. 4 - Entrega da CNH ao juízo, com retenção por 1 mês, sendo proibido de conduzir veículos nesse período.

1	Roubo	1	<p>1 - Comunicação ao juízo do atual endereço ou de local onde possa ser encontrado.</p> <p>2 - Proibição de mudar de residência sem prévia comunicação ao juízo.</p> <p>3 - Comparecimento a todos os atos do processo.</p> <p>4 - Proibição de afastar-se da zona urbana de Lajeado sem autorização judicial.</p> <p>5 - Comprovação do exercício de atividade lícita no prazo de 15 dias.</p>
2	Furto	1	<p>1 - Comparecimento a todos os atos do processo.</p> <p>2 - Informação ao juízo do endereço atualizado.</p> <p>3 - Não envolvimento em novos fatos delituosos.</p> <p>4 - Proibição de afastar-se da Comarca onde reside sem prévia autorização judicial.</p> <p>5 - Comprovação do exercício de atividade lícita no prazo de 30 dias.</p> <p>6 - Recolhimento noturno, das 20h às 7h, se comprovar atividade lícita, liberado de permanecer recolhido.</p>
2 com decisões diferentes	Tráfico de Drogas	87	<p>1 - Informação de seu atual endereço.</p> <p>2 - Proibição de mudar de residência sem prévia comunicação ao Juízo.</p> <p>3 - Comparecimento semanal em Juízo (todas as segundas-feiras) a fim de informar suas atividades.</p> <p>4 - Comparecimento a todos os atos do processo.</p>
		2	<p>1 - Não alterar o endereço informado durante sua oitiva no flagrante sem prévia e expressa informação a este Juízo.</p> <p>2 - Não se ausentar da zona urbana de Venâncio Aires.</p> <p>3 - Comparecer a todos os atos do processo.</p>

1	Porte de Arma	5	<p>1 - Comparecimento mensal em juízo a fim de justificar suas atividades.</p> <p>2 - Proibição de afastar-se da Comarca em período superior a 30 dias, sem comunicação e autorização judicial.</p> <p>3 - Recolhimento domiciliar nos fins de semana, das 13h às 06h de segunda-feira.</p>
1	Furto	78	<p>1 - Não mudar de residência sem comunicação ao juízo.</p> <p>2 - Não se ausentar do distrito sem autorização judicial.</p> <p>3 - Comparecer a todos os atos processuais.</p> <p>4 - Comparecimento semanal em juízo nas segundas-feiras pela manhã, para informar e justificar suas atividades.</p>
1	Homicídio	95	<p>1 - Manter endereço atualizado.</p> <p>2 - Não se afastar do endereço por mais de 24 horas sem autorização judicial.</p> <p>3 - Comparecimento ao Juízo de Nova Palma mensalmente para ratificar o endereço e local de trabalho.</p>
1	Roubo	32	<p>1 - Comparecimento a todos os atos do processo.</p> <p>2 - Não mudar de residência sem prévia comunicação ao Juízo.</p> <p>3 - Comparecimento mensal em Cartório para informar endereço e justificar atividades.</p>
1	Roubo	72	<p>1 - Comparecimento a todos os atos do processo.</p> <p>2 - Não alterar endereço sem informar o juízo.</p> <p>3 - Não se ausentar da zona urbana de Lajeado.</p> <p>4 - Manter distância mínima de 200 metros do local do fato.</p> <p>5 - Comprovação do exercício de atividade lícita no prazo de 10 dias.</p> <p>6 - Comprovar endereço atual no prazo de 10 dias.</p>

1	Receptação dolosa	8	<p>1 - Comprovar endereço atualizado.</p> <p>2 - Proibição de se afastar do endereço sem autorização judicial.</p> <p>3 - Comparecer periodicamente em juízo.</p> <p>4 - Comparecer a todos os atos do processo.</p>
2	Homicídio	252	<p>1 - Total proibição de contato entre os réus.</p> <p>2 - Comprovação de emprego lícito em formal com Carteira de Trabalho assinada.</p> <p>3 - Recolhimento domiciliar noturno das 20h às 6h durante a semana, e nos fins de semana das 13h de sábado às 6h de segunda-feira.</p> <p>4 - Manter endereço atualizado.</p> <p>5 - Não se afastar da zona urbana de Lajeado sem autorização judicial.</p> <p>6 - Comprovar endereço atual no prazo de 10 dias.</p>
1		118	<p>1 - Total proibição de contato entre os réus.</p> <p>2 - Comprovação de emprego lícito em formal com Carteira de Trabalho assinada.</p> <p>3 - Recolhimento domiciliar noturno das 20h às 6h durante a semana, e nos fins de semana das 13h de sábado às 6h de segunda-feira.</p> <p>4 - Manter endereço atualizado.</p> <p>5 - Não se afastar da zona urbana de Lajeado sem autorização judicial.</p> <p>6 - Comprovar endereço atual no prazo de 10 dias.</p>
2	Tentativa de Homicídio	7	<p>1 - Proibição de mudar de residência.</p> <p>2 - Comparecer a todos os atos do processo.</p> <p>3 - Proibição de se afastar da Comarca sem autorização judicial.</p> <p>4 - Recolhimento domiciliar noturno, das 20h às 06h de segunda a sexta-feira, e nos finais de semana, das 14h de sábado às 06h da segunda-feira seguinte.</p>

2	Tráfico de Drogas	31	<p>1 - Comunicação formal ao juízo de seus atuais endereços.</p> <p>2 - Proibição de alterarem seus locais de moradia sem prévia e expressa comunicação ao Juízo.</p> <p>3 - Comparecimento a todos os atos do processo.</p> <p>4 - Proibição de se afastarem da zona urbana de Encantado sem prévia e expressa comunicação judicial.</p> <p>5 - Recolhimento domiciliar noturno, segunda a sexta-feira, das 19h às 7h, e nos finais de semana, das 13h do sábado às 07h de segunda-feira.</p>
1	Porte de Arma	8	<p>1 - Comparecimento mensal em juízo para justificar atividades.</p>
1	Porte de Arma	32	<p>1 - Comparecer a todos os atos do processo.</p> <p>2 - Informar e não alterar o endereço sem autorização judicial.</p> <p>3 - Não se afastar da zona urbana de Lajeado até o fim do mês de Outubro/2014.</p> <p>4 - Comprovar trabalho lícito.</p> <p>5 - Recolhimento domiciliar noturno, segunda a sexta-feira, das 19h às 7h e nos finais de semana, das 19h de sexta-feira às 7h da segunda-feira subsequente.</p> <p>6 - Não manter qualquer contato com qualquer outro indiciado, vítimas ou testemunhas.</p>
1	Roubo	125	<p>1 - Comunicação formal ao juízo de seus atuais endereços.</p> <p>2 - Proibição de alterarem seus locais de moradia sem prévia e expressa comunicação ao Juízo.</p> <p>3 - Não se ausentar do município em que reside por prazo superior a dois dias sem prévia e expressa autorização judicial.</p>
1	Tráfico de Drogas	1	<p>1 - Comparecimento semanal em juízo para justificar suas atividades e informar endereço.</p> <p>2 - Proibição de se ausentar de Lajeado.</p> <p>3 - Recolhimento domiciliar noturno das 18h às 7h durante a semana, e das 13h de sábado até as 7h do domingo subsequente.</p>

1	Tentativa de Homicídio	19	<p>1 - Comparecimento a todos os atos do processo.</p> <p>2 - Não alterar local de moradia sem informação ao juízo.</p> <p>3 - Não se ausentar da Comarca sem informação ao juízo.</p> <p>4 - Manter distância mínima de 200m da vítima.</p> <p>5 - Não manter contato com a vítima ou testemunhas.</p>
1	Porte de Arma	124	<p>1 - Comparecimento a todos os atos do processo.</p> <p>2 - Não alterar local de moradia sem informação ao juízo.</p> <p>3 - Não se afastar da zona urbana de Lajeado.</p> <p>4 - Até a sentença, recolhimento domiciliar noturno das 20h às 6h da manhã.</p>
1	Tráfico de Drogas	1	<p>1 - Comunicação do atual endereço.</p> <p>2 - Proibição de mudar de residência.</p> <p>3 - Comparecer a todos os atos do processo.</p> <p>4 - Proibição de se afastar da zona urbana de Lajeado.</p> <p>5 - Comprovação de atividade lícita em 15 dias.</p>
1	Roubo	2	<p>1 - Comunicação do atual endereço ou local a ser localizado.</p> <p>2 - Proibição de mudar de residência.</p> <p>3 - Comparecer a todos os atos do processo.</p> <p>4 - Proibição de se aproximar da vítima bem como de seus familiares e da residência destes, com distanciamento mínimo de 50m.</p>
1	Furto	0	<p>1 - Manutenção de distância mínima de 50 metros da vítima (maior de 60 anos).</p>

1	Porte de Arma	1	1 - Comunicação do atual endereço ou local a ser localizado. 2 - Proibição de mudar de residência. 3 - Comparecer a todos os atos do processo. 4 - Proibição de se afastar da Comarca. 5 - Proibição de aproximar-se do ex-companheiro, devendo resguardar distância mínima de 200m e proibição de manter contato com o mesmo.
2	Homicídio	Medidas cautelares originárias	1 - Comunicação do atual endereço ou local a ser localizado. 2 - Proibição de mudar de residência sem prévia comunicação ao juízo. 3 - Proibição de afastar-se da zona urbana de Lajeado.
1			1 - Comunicação do atual endereço ou local a ser localizado. 2 - Proibição de mudar de residência sem prévia comunicação ao juízo. 3 - Proibição de afastar-se da zona urbana de Lajeado. 4 - Recolhimento noturno das 19h às 7h (é reincidente).

Fonte: Elaborado pela autora, com base em pesquisa realizada no Fórum da cidade de Lajeado/RS.

A presente tabela foi elaborada com base nos processos consultados e que foram disponibilizados pela 1ª Vara Criminal da Comarca de Lajeado/RS.

Foram listados os processos que continham medidas alternativas à prisão cautelar, totalizando 24 (vinte e quatro) processos. A partir desse levantamento, foi possível perceber quais as medidas alternativas à prisão que estão sendo efetivamente aplicadas, bem como a grande incidência de algumas em relação à baixa incidência de outras.

Percebe-se que, na maioria dos casos, as medidas se repetem o que acontece nos casos de comunicação do atual endereço do réu, proibição de mudar de residência sem prévia e expressa autorização do juízo, proibição de afastar-se da Comarca, comprovação de atividade lícita, bem como o recolhimento domiciliar

noturno. Importante destacar as medidas alternativas menos usuais, o que transmite uma visão mais aprofundada do juiz em relação ao processo, ao réu ou a vítima. Como medidas alternativas menos usuais, torna-se possível destacar: retenção da Carteira Nacional de Habilitação e suspensão do direito de dirigir, manter distância mínima do local do fato, não manter contato com indiciados, vítimas ou testemunhas e proibição de manter contato com pessoa determinada.

Resta evidenciado que algumas medidas alternativas aplicadas ficam a critério do julgador, que, fazendo uso dos princípios que regem as medidas cautelares, decretam medidas que não estão previstas nos arts. 319 e 320 do CPP. Nesse caso, cabe ao juiz analisar a aplicação da lei ao caso concreto, impondo a medida que mais se adequa àquele fato. Na tabela de medidas alternativas impostas, foram decretadas a seguintes medidas não previstas: entrega da CNH ao juízo com retenção por 1 mês, com proibição de conduzir veículos neste período, não envolvimento em novos fatos delituosos, e apresentação em juízo para comprovar atividade lícita com Carteira de Trabalho assinada.

A imposição de medidas cautelares não previstas é questão bastante discutida entre os doutrinadores. Conforme Souza (2013), a imposição de medidas cautelares não previstas muitas vezes se dá em virtude do “Poder Geral de Cautela” que o magistrado possui, este previsto do Processo Civil, podendo ser utilizado em analogia no Processo Penal, porém sem prejuízo ao réu:

A posição aderente às cautelares pessoais inominadas era adotada pelo STF[1] e a pela 5ª turma do STJ. O fundamento adotado repousa na teoria dos poderes implícitos, nesse sentido, quem pode o mais, também poderia o menos. Assim, se o nosso ordenamento prevê expressamente a prisão preventiva que seria uma constrição cautelar da liberdade no seu grau máximo, nada impediria que o juiz pudesse impor ao réu outras restrições cautelares a sua liberdade, desde que tão eficazes e menos gravosas que a prisão (SANTOS, 2013, texto digital).

Dessa forma, entende-se que o juiz pode fixar medidas alternativas diversas daquelas previstas no art. 319 e 320 do CPP, desde que sejam eficazes e menos gravosas que a prisão.

Por fim, indaga-se acerca da medida alternativa de comparecimento a todos os atos do processo, a qual foi imposta na maioria dos casos analisados, não se confundindo com a medida alternativa de comparecimento periódico em juízo.

Conforme elucida Santos (2011), a presença do réu aos atos do processo constitui seu direito de defesa, não podendo ser obrigado a fazê-lo. A manifestação da autodefesa está prevista no art. 5^a, LV, da CF/1988. Além disso, a aplicação dessa medida parece transmitir o receio à fuga do acusado, pondo em cheque a futura aplicação da lei penal. Tem-se como mais adequada a adoção da medida de comparecimento periódico em juízo, visto que por muitas vezes são mais eficazes do que o comparecimento do réu a todos os atos do processo, considerando a longa tramitação processual.

5 CONCLUSÃO

Nos últimos anos, diante da criminalidade no Brasil, a população em geral vem incansavelmente tentando buscar a segurança no convívio em sociedade e a prevenção da ocorrência de novos delitos. Por vezes, tem-se a imagem de que a aplicação de prisão como pena ou prisão cautelar no decorrer do andamento processual, transmite a segurança tão esperada pelo povo, garantia que deve ser cultivada pelo Estado.

Cumprir destacar que a prisão-pena possui características muito diferentes da prisão cautelar, sendo a primeira a que possui condenação já transitada em julgado em caráter de restrição de liberdade e que, conforme doutrina majoritária, deve cumprir o objetivo de ressocialização do apenado. Já a segunda possui caráter provisório e fundamentos específicos para sua decretação, não podendo ultrapassar esses limites nem as garantias do indivíduo, eis que a prisão como pena somente poderá ser decretada ou não, ao final da ação penal.

No Brasil, consagra-se o princípio da presunção de inocência, porém no decorrer do processo há sempre o risco de comprometimento da atuação jurisdicional ou interferência na eficácia do julgado. A prisão cautelar deve estar diretamente ligada à instrumentalização do processo criminal, tratando-se de medida excepcional, não devendo ser utilizada como meio de cumprimento antecipado da pena, visto que o juiz, ao analisar sua viabilidade, faz a decretação com base na periculosidade e não na culpabilidade.

A Lei 12.403/2011 trouxe diversas alterações ao CPP, as quais são fundamentais para garantia da aplicação da prisão cautelar como *última ratio*, ou

seja, a prisão como última alternativa ao julgador, no decorrer do andamento processual. Ao invés da decretação e manutenção da prisão, criou-se uma nova via, permitindo a imposição de medidas alternativas à prisão.

Nessa perspectiva, esta monografia apresentou, no primeiro capítulo do desenvolvimento, os princípios que norteiam o direito processual penal brasileiro, o conceito de crime, o surgimento do direito penal e do direito processual penal, analisando brevemente a hermenêutica da tutela penal. Verificou-se que a interpretação das normas só terá validade jurídica se estiverem em consonância com os princípios e garantias fundamentais do ser humano.

Em seguida, no segundo capítulo, analisou-se a entrada em vigor da Lei 12.403/2011, as alterações trazidas ao CPP, os princípios que regem as medidas cautelares, as medidas cautelares em espécie e as características e requisitos de sua aplicação. Diante disso, pode-se dizer que a prisão cautelar somente deve ser utilizada em último caso, quando o julgador, esgotada a possibilidade de imposição de medida alternativa, poderá fazer sua decretação.

Por fim, no terceiro capítulo foram apresentados os resultados obtidos através de estudo de caso realizado na 1ª Vara Criminal do Fórum da Comarca de Lajeado/RS, verificando sem esgotar a matéria, a aplicação da Lei 12.403/2011 nas ações penais do ano de 2013 e 2014, ativas na 1ª Vara Criminal da Comarca de Lajeado/RS, a aplicação das medidas cautelares alternativas à prisão em vigor atualmente no CPP e implementadas por meio da Lei 12.403/2011, a decretação de prisões preventivas, os requisitos que fundamentaram tais decisões bem como o levantamento do perfil dos réus que integram as respectivas ações penais. Neste capítulo observou-se que a maioria dos indivíduos que figuram no pólo passivo da ação penal são do sexo masculino, com idade entre 20 e 30 anos, estado civil solteiro e escolaridade fundamental, de etnia branca.

Em todas as decisões observou-se que o julgador analisou a possibilidade de imposição de medidas alternativas em substituição à prisão. Algumas medidas alternativas aplicadas ficaram a critério do julgador, o qual, fazendo uso dos princípios que regem as medidas cautelares, decretou medidas que não estão previstas na legislação. A decretação de medidas não previstas é possível conforme

a doutrina em estudo, desde que mais eficazes e menos gravosas que a prisão e as outras medidas alternativas previstas em lei.

Ainda, 79% das prisões preventivas decretadas basearam-se no fundamento da garantia da ordem pública, que conforme especificado no segundo capítulo deste estudo, deve somente ocorrer nos casos de crimes gravíssimos, tanto em relação à pena, como em relação aos meios de execução utilizados, ou ainda quando houver o risco de novas investidas criminosas, ou seja, quando for possível verificar intranquilidade no seio da comunidade. Considerando que o fundamento garantia da ordem pública é muito amplo, percebeu-se que por diversas vezes o julgador decreta a prisão com base neste fundamento sem especificar detalhadamente seus motivos, indo de encontro aos princípios que norteiam as medidas cautelares, que estabelecem que a prisão preventiva somente pode ser decretada quando devidamente comprovada a sua necessidade.

Diante da análise do problema proposto para este estudo: “as medidas cautelares impostas pela Lei 12.403/2011 estão sendo aplicada na Comarca de Lajeado/RS? Em caso afirmativo, como acontece essa aplicação? Em caso negativo, quais são os fundamentos de sua inaplicabilidade? ”, pode-se concluir que, a hipótese inicial levantada para tal questionamento é verdadeira, visto que as medidas alternativas implementadas pela Lei 12.403/2011 vem sendo aplicadas, com cautela. Foi observado que o julgador analisa o crime como um todo, considerando desde a vida pregressa do acusado, a reincidência, o impacto que o crime causa na sociedade, a periculosidade do agente e ainda os requisitos para aplicação das medidas alternativas. Outro ponto bastante salientado e que merece destaque, foram os crimes cometidos nos anos objeto desse estudo. A Comarca em estudo apresentou crescimento significativo da violência nos últimos anos, o que se comprova a partir do número de homicídios ocorridos na região no ano de 2014. Foram encontradas em 8 (oito) decisões ao decorrer do ano de 2014, a menção ao alto índice de homicídios, bem como evidenciou-se a veiculação na mídia que o número de homicídios aumentou 163% (cento e sessenta e três por cento) em relação ao ano anterior. A maioria dos crimes foram motivados pela disputa por pontos de tráficos de drogas.

Ainda, observou-se que os crimes de maior incidência na comarca são os crimes de roubo, totalizando 15 (quinze) ações penais ativas em virtude de seu cometimento, seguido de porte de arma e tráfico de drogas, com 8 (oito) processos ativos para cada tipo penal, sem deixar de observar os crimes de homicídio na forma tentada e consumada, chegando a um total de 13 (treze) ações penais pelo mesmo tipo penal.

Sendo assim, concluiu-se que a Lei 12.403/2011 veio a trazer alterações significativas em prol de um objetivo maior, assegurando a dignidade da pessoa humana e o correto andamento do processo penal. Porém, mesmo com a entrada em vigor na lei, cabe ao julgador decidir qual a medida mais adequada ao caso concreto. Na comarca em estudo, a Comarca de Lajeado, conclui-se que as medidas alternativas estão sendo aplicadas, porém com a cautela necessária. O julgador em todas as decisões analisou a possibilidade de aplicação das medidas alternativas à prisão e, verificando sua impossibilidade, passou a decretar a prisão cautelar. Num total de 760 (setecentos) processos do ano de 2013 e 2014, 122 (cento e vinte e dois) disponibilizados e 74 (setenta e quatro) réus analisados, destes, 32 (trinta e dois) tiveram a prisão provisória substituída por medidas alternativas. Do restante, 40 (quarenta) dos réus tiveram mantida a prisão provisória, configurando, ainda assim, a maioria das decisões.

Considerando o avanço na análise dos princípios que norteiam a prisão e os direitos fundamentais do ser humano, conclui-se que as medidas alternativas vêm ganhando espaço no âmbito do processo penal, mas ainda não configuram a maioria dos processos analisados, não atingindo integralmente o objetivo da edição da nova lei.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Marcos Daniel Schmidt de; SOUZA, Osmar Tomaz de; FILIPPI, Eduardo Ernesto; BEROLDT, Leonardo. **Do desenvolvimento ao desenvolvimento territorial sustentável: os rumos da Região do Vale do Taquari no início do século XXI.** *Análise*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 84-102, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://mercurio.univates.br/service/home/~/?auth=co&loc=pt_BR&id=49082&part=2>. Acesso em: 04 jun. 2015.
- ALMEIDA, Arnaldo Quirino de. **A Lei nº 12.403/2011 e os princípios informadores das medidas de cautela no Código de Processo Penal.** In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n. 92, set 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?%20n_link=revista_%20artigos_leitura&artigo_id=10196>. Acesso em: 10 mar. 2015.
- BADR, Eid. **Princípio da motivação das decisões judiciais como garantia constitucional.** *Jus Navigandi*, Teresina, ano 15, n. 2415, 10 fev. 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/14333>>. Acesso em: 2 nov. 2014.
- BARRETTO, Vicente de Paulo. **O fetiche dos direitos humanos e outros temas.** 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.
- BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e das Penas.** São Paulo: Martin Claret, 2002.
- BITTENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- BRANDÃO, Marcelo. **Número de presos do Brasil aumentou mais de 400% em 20 anos.** *EXAME.com*, São Paulo, 24/03/2015. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/numero-de-presos-do-brasil-aumentou-mais-de-400-em-20-anos>. Acesso em: 29 abr. 2015.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 19 out. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm. Acesso em: 19 out. 2014.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm >. Acesso em: 19 out. 2014.

BRASIL. **Lei 12.403 de 4 de maio de 2011.** Altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12403.htm>. Acesso em: 19 out. 2014.

BRASIL. LEI Nº 7.960, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1989. **Dispõe sobre prisão temporária.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7960.htm>. Acesso em: 19 out. 2014.

CARDOSO, Rodrigo Eduardo Rocha. **A primazia ao princípio da humanidade no Direito Penal contemporâneo em respeito à tendência constitucionalizante do Direito.** 31/10/2006 Disponível em:

<<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2982/A-primazia-ao-principio-da-humanidade-no-Direito-Penal-contemporaneo-em-respeito-a-tendencia-constitucionalizante-do-Direito>>. Acesso em: 08 mar. 2015.

CARDOZO, Eduardo. **Operação combate crescimento de homicídios em Lajeado.** Gaúcha, Porto Alegre, 16/10/2014. Disponível em:

<<http://gaucha.clicrbs.com.br/rs/noticia-aberta/operacao-combate-crescimento-de-homicidios-em-lajeado-119922.html>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

CARNELUTTI, Francesco. **Como se faz um processo.** Campinas: Minelli, 2002.

CHEMIN, Beatris F. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos:** planejamento, elaboração e apresentação. 3. ed. Lajeado: Univates, 2015. E-book. Disponível em: <<http://www.univates.br/biblioteca>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

FERRAJOLI, Luigi; ELY, STRECK, Luis Lenio; TRINDADE, Karam André (Orgs.). ROSA, Moraes da Alexandre ... [et al.]. **Garantismo, hermenêutica e (neo) constitucionalismo um debate com Luigi Ferrajoli.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, **Novo Dicionário da Língua Portuguesa.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. **Mini Aurélio:** o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal.** 15. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2013. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/a-duracao-razoavel-da-prisao-cautelar-e-a-efetividade-da-liberdade-provisoria/933>. Acesso em: 08 mar. 2015.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Nova Prisão Cautelar**: doutrina, jurisprudência e prática. 2. ed. Niterói: Impetus, 2012.

LOPES JUNIOR, Aury. **O Novo Regime Jurídico da Prisão Processual, Liberdade Provisória e Medidas Cautelares Diversas**: Lei 12.403/2011. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

_____. **Prisões Cautelares**. 4. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013.

MOSSIN, Heráclito Antônio. **Compêndio de Processo Penal: curso completo**. 1. ed. Barueri: Manoele, 2009. E-book. Disponível em: < www.univates.br/biblioteca>. Acesso em: 02 jun. 2015.

NICOLITT, André. **Manual de Processo Penal**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

NUCCI, Guilherme de Souza. **A duração razoável da prisão cautelar e a efetividade da liberdade provisória**. 31/10/2007 Disponível em: <http://www.guilhermenucci.com.br/artigos/guilherme-nucci/processo-penal/duracao-razoavel-da-prisao-cautelar-e-efetividade-da-liberdade-provisoria>. Acesso em: 14 maio. 2015.

_____. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

PACHECO, Eliana Descovi. Princípios norteadores do Direito Processual Penal. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, X, n. 40, abr 2007. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3913&revista_caderno=22>. Acesso em: 19 out. 2014.

PEREIRA, Gisele Mendes. **DIREITO PENAL I**. 1ª ed. Caxias do Sul/RS: Educ, 2012.

POLASTRI, Marcellus. **Da prisão e da liberdade provisória (e demais medidas cautelares substitutivas da prisão) na Reforma de 2011 do Código de Processo Penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SANTOS, Marcos Paulo Dutra. **O novo Processo Penal Cautelar – À luz da lei 12.403/2011**. Salvador: JusPODIVM, 2011.

SOUZA, Carollyne Andrade. **O poder geral de cautela sob o enfoque da Lei 12.403/2011**. Conteudo Juridico, Brasília-DF: 27 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.42657&seo=1>>. Acesso em: 17 maio 2015.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl. PIERANGELI, Henrique José. **Manual de direito penal brasileiro**: parte geral. 4ª ed. ver. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Formulário de levantamento de dados: as medidas cautelares alternativas à prisão na 1ª Vara Criminal da Comarca de Lajeado/RS

IDENTIFICAÇÃO	
Nº DO PROCESSO:	
DATA:	SEXO:
IDADE:	
PROFISSÃO	
ESCOLARIDADE:	NACIONALIDADE:
ESTADO CIVIL:	
ETNIA:	
TIPO PENAL:	PRISÃO CAUTELAR
() HOMICÍDIO	1) Espécie de prisão cautelar:
() ROUBO	a. Flagrante
() TRÁFICO DE DROGAS	i. Homologado
() FURTO	ii. Não homologado
() OUTROS. QUAL?	b. Preventiva
	i. A partir da prisão em flagrante
PROCEDIMENTOS CAUTELARES	ii. Como prisão originária
Houve prisão cautelar?	c. Temporária
() Sim	
() Não	2) Fundamentos para a prisão cautelar:
Houve medida alternativa originária?	a. Aplicação da lei penal
() Sim	b. Conveniência da instrução criminal
() Não	c. Garantia da ordem pública
MEDIDA ALTERNATIVA ORIGINÁRIA	c1. Reincidência
Fundamentação e base legal:	c2. Gravidade do delito
	c3. Credibilidade da justiça
	c4. Outros
CONCESSÃO DA MEDIDA CAUTELAR ALTERNATIVA SUBSTITUTIVA	
Qual?	
Quanto tempo após a prisão (se houver)	
Fundamento(s):	
Revogação e seus fundamentos:	

ANEXO

ANEXO A - Processos analisados na 1ª Vara Criminal da Comarca de Lajeado/RS

PROCESSOS CONSULTADOS

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0006552-8	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0017693-96.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	Ver Processos

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - RECLUSÃO

Crimes de Roubo e Extorsão	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	15/12/2014	
Local dos Autos:	COM EMPRESTADO - GABINETE - PAULA.	
Situação do Processo:	COM CARTÓRIO	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0006582-0	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0017857-61.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	Ver Processos

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - RECLUSÃO

Crimes de Roubo e Extorsão	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	17/12/2014	
Local dos Autos:	ORDENADA INTIMAÇÃO DO DEFENSOR PÚBLICO	
Situação do Processo:	COM CARTÓRIO	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0006616-8	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0018514-03.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	<u>Ver Processos</u>

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - RECLUSÃO

Crimes de Furto	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	26/12/2014	
Local dos Autos:	AGUARDA RESPOSTA DO OFÍCIO- PRAZO 29/04	
Situação do Processo:	AGUARDA RESPOSTA	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0002260-8	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0005321-18.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	<u>Ver Processos</u>

ESPECIAIS

Produção e Tráfico Ilícito de Drogas	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	16/04/2014	
Local dos Autos:	REMESSA AO DISTRIBUIDOR	
Situação do Processo:	AGUARDA DISTRIBUIDOR	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0002329-9	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0005463-22.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	Ver Processos

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - RECLUSÃO

Porte de Arma	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:		Lajeado
Órgão Julgador:		1ª Vara Criminal : 1 / 1
Data da Propositura:		23/04/2014
Local dos Autos:		REMESSA AO DISTRIBUIDOR
Situação do Processo:		AGUARDA DISTRIBUIDOR
Volume(s):		1
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0002520-8	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0005947-37.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	Ver Processos

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - RECLUSÃO

Crimes de Roubo e Extorsão	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:		Lajeado
Órgão Julgador:		1ª Vara Criminal : 1 / 1
Data da Propositura:		02/05/2014
Local dos Autos:		REMESSA AO DISTRIBUIDOR
Situação do Processo:		AGUARDA DISTRIBUIDOR
Volume(s):		1
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0006610-9	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0018499-34.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	<u>Ver Processos</u>

PROCEDIMENTO DO JURI

Tentativa de Homicídio Qualificado	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:		Lajeado
Órgão Julgador:		1ª Vara Criminal : 1 / 1
Data da Propositura:		22/12/2014
Local dos Autos:		NOTA DE EXPEDIENTE 57/2015
Situação do Processo:		COM CARTÓRIO
Volume(s):		1
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0004857-7	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0012630-90.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	<u>Ver Processos</u>

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - RECLUSÃO

Crimes de Roubo e Extorsão	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:		Lajeado
Órgão Julgador:		1ª Vara Criminal : 1 / 1
Data da Propositura:		05/09/2014
Local dos Autos:		AGUARDA AUDIÊNCIA COM CASSIANE
Situação do Processo:		AGUARDA AUDIÊNCIA
Volume(s):		1
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0002129-6	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0004999-95.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	Ver Processos
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - RECLUSÃO				
Porte de Arma	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não		
Comarca:			Lajeado	
Órgão Julgador:			1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:			11/04/2014	
Local dos Autos:			AGUARDA LAUDO PERICIAL - PRAZO 30/04	
Situação do Processo:			AGUARDA RESPOSTA	
Volume(s):			1	
Quantidade de folhas:				

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0004707-4	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0012291-34.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	Ver Processos
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - RECLUSÃO				
Porte de Arma	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não		
Comarca:			Lajeado	
Órgão Julgador:			1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:			01/09/2014	
Local dos Autos:			CARGA ADVOGADO DO RÉU	
Situação do Processo:			AGUARDA RÉU	
Volume(s):			1	
Quantidade de folhas:				

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0004255-2	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0011017-35.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	Ver Processos

PROCEDIMENTO SUMÁRIO - DETENÇÃO

Porte de Arma	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:		Lajeado
Órgão Julgador:		1ª Vara Criminal : 1 / 1
Data da Propositura:		10/08/2014
Local dos Autos:		CONCLUSÃO AO JUIZ PARA SENTENÇA
Situação do Processo:		CONCLUSO SENTENÇA
Volume(s):		1
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0001095-2	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0002863-28.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	Ver Processos

PROCEDIMENTO DO JURI

Homicídio Qualificado	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:		Lajeado
Órgão Julgador:		1ª Vara Criminal : 1 / 1
Data da Propositura:		02/03/2014
Local dos Autos:		AGUARDA CUMPRIMENTO DE PRECATÓRIA-----15-05-2015
Situação do Processo:		AGUARDA RESPOSTA
Volume(s):		1
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0003802-4	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0009896-69.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	<u>Ver Processos</u>

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - RECLUSÃO

Crimes de Roubo e Extorsão	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	22/07/2014	
Local dos Autos:	AGUARDA CUMPRIMENTO DA PRECATÓRIA - PRAZO 26/05	
Situação do Processo:	AGUARDA RESPOSTA	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0003360-0	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0008264-08.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	<u>Ver Processos</u>

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - RECLUSÃO

Crimes de Roubo e Extorsão	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	23/06/2014	
Local dos Autos:	CARGA À DEFENSORIA PÚBLICA	
Situação do Processo:	AGUARDA DEFENSORIA PÚBLICA	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0004135-1	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0010719-43.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	Ver Processos

PROCEDIMENTO SUMÁRIO - DETENÇÃO

Embriaguez ao Volante - Lei 9503/97	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	04/08/2014	
Local dos Autos:	C/ NILTON	
Situação do Processo:	COM CARTÓRIO	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0003211-5	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0007845-85.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	Ver Processos

PROCEDIMENTO DO JURI

Homicídio Simples	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	10/06/2014	
Local dos Autos:	C/ROGÉRIO	
Situação do Processo:	COM CARTÓRIO	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0006482-3	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0017490-37.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	<u>Ver Processos</u>

PROCEDIMENTO DO JURI

Homicídio Qualificado	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	10/12/2014	
Local dos Autos:	CARGA MP	
Situação do Processo:	AGUARDA MP	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0003254-9	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0007962-76.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	<u>Ver Processos</u>

ESPECIAIS

Produção e Tráfico Ilícito de Drogas	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	12/06/2014	
Local dos Autos:	REMESSA AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
Situação do Processo:	2º GRAU	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0000581-9	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0001498-36.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	Ver Processos

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - RECLUSÃO

Crimes de Roubo e Extorsão	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	04/02/2014	
Local dos Autos:	AGUARDA DEVOLUÇÃO DE AR - PRAZO 20/05	
Situação do Processo:	AGUARDA RESPOSTA	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0004142-4	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0010739-34.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	Ver Processos

ESPECIAIS

Produção e Tráfico Ilícito de Drogas	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	03/08/2014	
Local dos Autos:	CARGA MP	
Situação do Processo:	AGUARDA MP	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0002300-0	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0005399-12.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	Ver Processos

PROCEDIMENTO DO JURI

Homicídio Qualificado	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	22/04/2014	
Local dos Autos:	CARGA ADVOGADO DO RÉU	
Situação do Processo:	AGUARDA RÉU	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0004805-4	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0012519-09.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	Ver Processos

PROCEDIMENTO DO JURI

Tentativa de Homicídio Qualificado	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	03/09/2014	
Local dos Autos:	AGUARDA CUMPRIMENTO DO MANDADO - PRAZO 07/05	
Situação do Processo:	AGUARDA CUMPRIMENTO DE MANDADO	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0004173-4	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0010800-89.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	Ver Processos

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - RECLUSÃO

Receptação Dolosa e Especial	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:		Lajeado
Órgão Julgador:		1ª Vara Criminal : 1 / 1
Data da Propositura:		05/08/2014
Local dos Autos:		CUMPRIR DESPACHO - C/ NILTON
Situação do Processo:		COM CARTÓRIO
Volume(s):		1
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0003124-0	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0007605-96.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	Ver Processos

PROCEDIMENTO DO JURI

Homicídio Qualificado	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:		Lajeado
Órgão Julgador:		1ª Vara Criminal : 1 / 1
Data da Propositura:		05/06/2014
Local dos Autos:		VISTA AO MP
Situação do Processo:		AGUARDA MP
Volume(s):		5
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0002487-2	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0005892-86.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	<u>Ver Processos</u>

ESPECIAIS

Produção e Tráfico Ilícito de Drogas	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	01/05/2014	
Local dos Autos:	AGUARDA ARQUIVAMENTO	
Situação do Processo:	COM CARTÓRIO	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0005646-4	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0015146-83.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	<u>Ver Processos</u>

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - RECLUSÃO

Porte de Arma	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	24/10/2014	
Local dos Autos:	AGUARDA AUDIÊNCIA - CUMPRIR AUDIÊNCIA COM ROGÉRIO	
Situação do Processo:	AGUARDA AUDIÊNCIA	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0006449-1	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0017404-66.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	<u>Ver Processos</u>

PROCEDIMENTO DO JURI

Tentativa de Homicídio Qualificado	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	09/12/2014	
Local dos Autos:	CARGA À DEFENSORIA PÚBLICA	
Situação do Processo:	AGUARDA DEFENSORIA PÚBLICA	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0001715-9	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0003997-90.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	<u>Ver Processos</u>

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - RECLUSÃO

Porte de Arma	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	24/03/2014	
Local dos Autos:	AGUARDA ARQUIVAMENTO	
Situação do Processo:	COM CARTÓRIO	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0005562-0	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0014861-90.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	<u>Ver Processos</u>

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - RECLUSÃO

Crimes de Furto	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	20/10/2014	
Local dos Autos:	C/ NILTON	
Situação do Processo:	AGUARDA AUDIÊNCIA	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0002444-9	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0005753-37.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	<u>Ver Processos</u>

ESPECIAIS

Produção e Tráfico Ilícito de Drogas	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	29/04/2014	
Local dos Autos:	CUMPRIR DESPACHO - C/ NILTON	
Situação do Processo:	COM CARTÓRIO	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0006309-6	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0016922-21.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	<u>Ver Processos</u>

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - RECLUSÃO

Crimes de Roubo e Extorsão	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	28/11/2014	
Local dos Autos:	AGUARDA RESPOSTA DE OFÍCIO - P: 28/04	
Situação do Processo:	AGUARDA RESPOSTA	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0004854-2	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0012626-53.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	<u>Ver Processos</u>

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - RECLUSÃO

Porte de Arma	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	05/09/2014	
Local dos Autos:	CONCLUSÃO AO JUIZ PARA SENTENÇA	
Situação do Processo:	CONCLUSO SENTENÇA	
Volume(s):	3	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0003964-0	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0010263-93.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	<u>Ver Processos</u>

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - RECLUSÃO

Porte de Arma	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:		Lajeado
Órgão Julgador:		1ª Vara Criminal : 1 / 1
Data da Propositura:		28/07/2014
Local dos Autos:		CONCLUSÃO AO JUIZ
Situação do Processo:		CONCLUSO
Volume(s):		3
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0005371-6	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0014187-15.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	<u>Ver Processos</u>

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - RECLUSÃO

Crimes de Furto	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:		Lajeado
Órgão Julgador:		1ª Vara Criminal : 1 / 1
Data da Propositura:		07/10/2014
Local dos Autos:		REMESSA AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Situação do Processo:		2º GRAU
Volume(s):		1
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0005856-4	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0015692-41.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	Ver Processos

PROCEDIMENTO DO JURI

Tentativa de Homicídio Simples	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	04/11/2014	
Local dos Autos:	CONCLUSÃO AO JUIZ	
Situação do Processo:	CONCLUSO	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0003126-7	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0007641-41.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	Ver Processos

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - RECLUSÃO

Crimes de Roubo e Extorsão	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	06/06/2014	
Local dos Autos:	AGUARDA AUDIÊNCIA	
Situação do Processo:	AGUARDA AUDIÊNCIA	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0005812-2	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0015582-42.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	<u>Ver Processos</u>

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - RECLUSÃO

Crimes de Furto	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	04/11/2014	
Local dos Autos:	REMESSA AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
Situação do Processo:	2º GRAU	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0004859-3	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0012633-45.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	<u>Ver Processos</u>

ESPECIAIS

Produção e Tráfico Ilícito de Drogas	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	05/09/2014	
Local dos Autos:	C/ NILTON	
Situação do Processo:	COM CARTÓRIO	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime		Número Themis:	017/2.14.0002878-9	Processo Principal:	
		Número CNJ:	0006780-55.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	Ver Processos
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - RECLUSÃO					
Crimes de Furto	Segredo de Justiça: Não		Tramitação preferencial-Idoso: Não		
Comarca:				Lajeado	
Órgão Julgador:				1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:				20/05/2014	
Local dos Autos:				AGUARDA TÉRMINO SUSPENSÃO RÉU REVEL - ART. 366 DO CPP	
Situação do Processo:				SUSPENSÃO ART. 366 CPP	
Volume(s):				1	
Quantidade de folhas:					

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0005985-4	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0016088-18.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	Ver Processos
ESPECIAIS				
Produção e Tráfico Ilícito de Drogas	Segredo de Justiça: Não		Tramitação preferencial-Idoso: Não	
Comarca:		Lajeado		
Órgão Julgador:		1ª Vara Criminal : 1 / 1		
Data da Propositura:		14/11/2014		
Local dos Autos:		CONCLUSÃO AO JUIZ		
Situação do Processo:		CONCLUSO		
Volume(s):		1		
Quantidade de folhas:				

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0001531-8	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0003621-07.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	Ver Processos

PROCEDIMENTO DO JURI

Homicídio Qualificado	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	17/03/2014	
Local dos Autos:	AGUARDA CUMPRIMENTO DA PRECATÓRIA - PRAZO 29/04	
Situação do Processo:	AGUARDA RESPOSTA	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0004945-0	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0012801-47.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	Ver Processos

PROCEDIMENTO DO JURI

Homicídio Qualificado	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	08/09/2014	
Local dos Autos:	CARGA MP	
Situação do Processo:	AGUARDA MP	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.14.0005454-2	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0014415-87.2014.8.21.0017	Processos Reunidos:	<u>Ver Processos</u>

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - RECLUSÃO

Crimes de Roubo e Extorsão	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	13/10/2014	
Local dos Autos:	CONCLUSÃO AO JUIZ	
Situação do Processo:	CONCLUSO	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.13.0001137-0	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0003543-47.2013.8.21.0017	Processos Reunidos:	<u>Ver Processos</u>

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - RECLUSÃO

Crimes de Roubo e Extorsão	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	19/03/2013	
Local dos Autos:	ORDENADA SUSPENSÃO - AGUARDA JULGAMENTO SUPERIOR I DIVERSOS	
Situação do Processo:	SUSPENSÃO	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.13.0004309-3	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0011166-65.2013.8.21.0017	Processos Reunidos:	Ver Processos

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - RECLUSÃO

Crimes de Roubo e Extorsão	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	23/07/2013	
Local dos Autos:	ORDENADA SUSPENSÃO - AGUARDA JULGAMENTO SUPERIOR I DIVERSOS	
Situação do Processo:	SUSPENSÃO	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.13.0007447-9	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0019749-39.2013.8.21.0017	Processos Reunidos:	Ver Processos

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - RECLUSÃO

Crimes de Furto	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	02/12/2013	
Local dos Autos:	AGUARDA DECURSO DE PRAZO DO EDITAL - 05/06	
Situação do Processo:	AGUARDA RÉU	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.13.0007139-9	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0018522-14.2013.8.21.0017	Processos Reunidos:	<u>Ver Processos</u>

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - RECLUSÃO

Crimes de Furto	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	13/11/2013	
Local dos Autos:	AGUARDA AUDIÊNCIA	
Situação do Processo:	AGUARDA AUDIÊNCIA	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.13.0003807-3	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0009894-36.2013.8.21.0017	Processos Reunidos:	<u>Ver Processos</u>

PROCEDIMENTO DO JURI

Tentativa de Homicídio Qualificado	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	02/07/2013	
Local dos Autos:	AGUARDA AUDIÊNCIA	
Situação do Processo:	AGUARDA AUDIÊNCIA	
Volume(s):	2	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.13.0007343-0	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0019220-20.2013.8.21.0017	Processos Reunidos:	<u>Ver Processos</u>

PROCEDIMENTO DO JURI

Tentativa de Homicídio Qualificado	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	22/11/2013	
Local dos Autos:	C/ROGÉRIO	
Situação do Processo:	COM CARTÓRIO	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.13.0000329-6	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0000874-21.2013.8.21.0017	Processos Reunidos:	<u>Ver Processos</u>

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - RECLUSÃO

Crimes de Roubo e Extorsão	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	07/01/2013	
Local dos Autos:	ESCANINHO ASJ, PARA INTIMAÇÃO	
Situação do Processo:	AGUARDA PROVIDÊNCIAS DE TERCEIROS	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.13.0008009-6	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0021072-79.2013.8.21.0017	Processos Reunidos:	Ver Processos

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - RECLUSÃO

Porte de Arma	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	27/12/2013	
Local dos Autos:	AGUARDA ARQUIVAMENTO	
Situação do Processo:	COM CARTÓRIO	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.13.0001446-8	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0004382-72.2013.8.21.0017	Processos Reunidos:	Ver Processos

ESPECIAIS

Produção e Tráfico Ilícito de Drogas	Segredo de Justiça: Não	Tramitação preferencial-Idoso: Não
Comarca:	Lajeado	
Órgão Julgador:	1ª Vara Criminal : 1 / 1	
Data da Propositura:	03/04/2013	
Local dos Autos:	CARGA ADVOGADO DO RÉU	
Situação do Processo:	AGUARDA RÉU	
Volume(s):	1	
Quantidade de folhas:		

Processo Crime	Número Themis:	017/2.13.0003588-0	Processo Principal:	
	Número CNJ:	0009323-65.2013.8.21.0017	Processos Reunidos:	<u>Ver Processos</u>
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - RECLUSÃO				
Estelionato e Fraudes	Segredo de Justiça: Não		Tramitação preferencial-Idoso: Não	
Comarca:		Lajeado		
Órgão Julgador:		1ª Vara Criminal : 1 / 1		
Data da Propositura:		18/06/2013		
Local dos Autos:		AGUARDA CUMPRIMENTO DA PRECATÓRIA - PRAZO 28/06		
Situação do Processo:		AGUARDA RESPOSTA		
Volume(s):		1		
Quantidade de folhas:				